



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Segunda Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2004, PELAS COMISSÕES: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DO SENADO FEDERAL; E DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião conjunta de audiência pública de 2004 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com a participação das Comissões de Finanças e Tributação, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e das Comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à avaliação do cumprimento dos objetivos e metas políticas e monetárias, creditícias e cambiais, evidenciando o impacto e o custo fiscal dessas operações, cujos resultados são demonstrados no balanço do segundo semestre de 2003, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já está presente o convidado de hoje, o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, que se faz acompanhar do Dr. Afonso Sant'Anna Bevilacqua, Diretor de Política Econômica daquela instituição.

Convido para compor a Mesa os seguintes Parlamentares: Deputado Nelson Bornier, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara; Deputado Gonzaga Mota, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara; Deputado José Priante, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara; Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado; e Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado.

De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para sua exposição, não podendo ser aparteado. E, conforme estipulado pelo § 5º do mesmo dispositivo, os Srs. Parlamentares inscritos para interperlar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

A inscrição está aberta. O primeiro inscrito é o Deputado Rodrigo Maia. Peço aos Srs. Parlamentares presentes que se inscrevam o quanto antes porque logo vamos encerrar as inscrições. Para evitar que ainda haja Parlamentares chegando e inscrevendo-se às 11h ou ao meio-dia para falar, o que alongaria demasiadamente os trabalhos, estamos reduzindo o prazo de inscrições.

Com a palavra o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Sr. Presidente, é uma honra estar mais uma vez nesta Casa, onde estaremos apresentando os resultados do Banco Central e um breve resumo da conjuntura econômica do Brasil, os resultados da política monetária e da política creditícia, num momento particularmente importante, na medida em que o País está olhando para o mundo com muito mais tranquilidade, em virtude de os fundamentos da economia brasileira estarem hoje muito mais sólidos para que possamos enfrentar as oscilações normais dos mercados nacional e internacional.

Começarei expondo a visão do que enfrentamos no início do ano.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Brasil, no ano de 2002, enfrentou uma parada brusca no fluxo de financiamentos. Tivemos uma redução de US\$ 28 bilhões, o que representa cerca de 6% do Produto Interno Bruto brasileiro. Outros países que sofreram crises cambiais da dimensão da que sofremos naquele ano, no ano seguinte e no posterior — mas particularmente no ano seguinte —, registraram significativas contrações do seu Produto Interno Bruto. No caso da Indonésia, a contração no ano seguinte foi de cerca de 13,3%, a maior registrada entre todos esses países; esse índice vai caindo até o da Rússia, de 4,9%; enquanto isso, o Brasil registrou um resultado de 0,2% de decréscimo em 2003, e uma projeção de crescimento de 3,5% para 2004.

Gostaria de chamar atenção para o fato de que o resultado negativo de 0,2% do PIB no ano passado mascara um fato da maior importância: a contração do PIB deu-se nos 2 primeiros trimestres do ano, quando o País estava enfrentando os resultados imediatos da crise da virada de



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2002 para 2003. Mas já começou a crescer no terceiro trimestre, e cresceu de forma importante no quarto trimestre do ano, o que mostra uma retomada do crescimento muito mais rápida do que a dos países que enfrentaram problemas similares aos nossos. Isto é, não só o Brasil teve um resultado global, no ano, melhor do que o de países que tiveram problemas similares aos seus, mas também a recuperação deu-se muito mais rapidamente.

Para finalizarmos essa rápida primeira visão do desempenho da economia, se analisarmos a produção industrial veremos que ela tem crescido sistematicamente; no momento está próxima do pico histórico a produção industrial brasileira.

Vamos passar agora à reconquista da confiança, levantando o quadro global do resultado do ano passado. Em primeiro lugar, quero apontar um aspecto importante: a retomada da confiança e do crescimento no Brasil dá-se em função da solidez da política fiscal e do superávit primário. Temos aqui os dados até março, mas certamente estamos caminhando solidamente para cumprir as metas do Governo com a sociedade brasileira, relativamente à parte fiscal, do superávit de 4,25% do PIB em 2004.

Há um outro dado muito importante, relativo à parte fiscal, que gostaria de comentar. Uma das razões da melhora dos fundamentos do Brasil é o fato de que não só o superávit primário foi e será alcançado neste ano, como também as reformas fundamentais aprovadas por esta Casa — a previdenciária e a fiscal —, com a aprovação da DRU, da CPMF etc., assim como a inexistência de uma grande dose de receitas extraordinárias no Orçamento de 2003 e de 2004, enfim, todos esses fatores fazem com que esse superávit tenha um caráter de sustentabilidade muito sólida. Isso permite, portanto, que dentro de suposições bastante razoáveis, e de certa maneira conservadoras, possamos prever a inversão histórica da trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao PIB.

Dado da maior importância em relação à dívida pública é a melhora do seu perfil, principalmente em momentos como este, quando existem preocupações importantes quanto à chamada vulnerabilidade do País. Gostaria de inverter essa expressão, dizendo que temos de nos focar, na realidade, na melhora dos fundamentos do Brasil. Por exemplo, se analisarmos a dívida cambial, veremos que uma das causas importantes dessa tal vulnerabilidade brasileira era exatamente o fato de a dívida interna indexada ao dólar. Se examinarmos o gráfico vermelho, à esquerda, veremos que a dívida cambial total tem caído: de um percentual que chegou a quase 40% da dívida total, está em cerca de 17,8%, no momento. É, portanto, uma melhora de fundamento da economia brasileira.

Do lado direito do gráfico temos a dívida prefixada sobre a dívida total em trajetória oposta, ou seja, crescendo, o que mostra de novo a melhora das condições de fundamento da economia brasileira. Se examinarmos os prazos de emissão da dívida pública interna — do lado esquerdo, o prazo dos títulos prefixados; do lado direito, o prazo dos títulos pós-fixados — veremos que a melhora é consistente.

Passemos agora à inflação. Em primeiro lugar, observamos que, como conseqüência do choque de ofertas ocorrido em 2002, em função da depreciação cambial do real, a inflação atingiu níveis anuais substancialmente elevados na virada de 2002 para 2003. A inflação anual, totalizada a inflação mensal, mostra uma trajetória que configura o acerto da política monetária aplicada no Brasil.

As expectativas dos agentes econômicos relativamente à inflação começaram a convergir em direção às metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional a partir do segundo trimestre de 2003. Se a cada mês medirmos a inflação dos 12 meses passados, veremos que em julho de 2003 a inflação medida de agosto de 2002 a julho de 2003 atingiu o pico no meio do ano — cerca de 17,2%. Em março deste ano estava em patamar abaixo de 6%, portanto na linha de convergência para as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Agora, uma visão da inflação medida mensalmente: IPCA cheio, do mês, e IPCA 15, medido no dia 15 de cada mês. A trajetória de inflação novamente converge para as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, com momentos de algum refluxo inflacionário, como aconteceu no início deste ano. Novamente, em conseqüência da política monetária implantada pelo Banco Central, a inflação começa a voltar à trajetória de metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

A expectativa de inflação 12 meses à frente é um dado absolutamente importante, porque condiciona a formação de preços. Ou seja, o que o empresário, o consumidor, o formador de preços enxerga como inflação nos 12 meses à frente é o que lhe dá condições de começar a planejar sua política de preços. Veremos que a expectativa de inflação 12 meses à frente caiu substancialmente no correr do ano passado, começando de novo a convergir para a trajetória de metas.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É importante mencionar que tudo isso é resultado, de novo, da política monetária consistente aplicada pelo Banco Central do Brasil, que deve ser mantida, a fim de que se configurem e se solidifiquem essas expectativas favoráveis. É exatamente a expectativa de que o Banco Central manterá sua política monetária responsável que faz com que as esperanças convirjam para as metas. O pressuposto, portanto, é a manutenção dessa política monetária.

Agora, passando ao setor externo, vamos analisar, em primeiro lugar, a evolução do câmbio nominal, que subiu substancialmente durante a virada do ano e manteve uma trajetória de maior estabilidade nos meses subseqüentes, inclusive agora. A grande demonstração disso é a medida da volatilidade — ou seja, a volatilidade medida pela média de variação das taxas dos últimos 21 dias —, que tem tendência declinante, apesar de eventuais turbulências nos mercados de câmbio.

Se analisarmos a evolução das exportações e importações, vamos verificar que existia uma grande preocupação no decorrer do ano passado. O saldo comercial histórico que o Brasil estava obtendo, e continua a obter, apesar de haver queda nas exportações, principalmente até o meio do ano, estava sendo conseguido em virtude da queda acentuada das importações. Existia a preocupação de que no momento em que houvesse recuperação das importações, pela retomada econômica, pudesse haver redução substancial do saldo. Não é o que estamos observando; felizmente, em resultado do acerto da política econômica, estamos vendo um crescimento acentuado das importações, mas vemos também que o saldo comercial, apesar desse aumento, é o maior da história do País. Esse é um dado importante para o Brasil. É a primeira vez que de fato o País tem condições de ao mesmo tempo ter crescimento da economia, com um conseqüente aumento das importações, e alcançar um superávit comercial histórico, recorde. Isso demonstra o acerto da política seguida pelo Governo e pelo Banco Central do Brasil.

Aqui, passando ao ponto seguinte, vemos que o saldo comercial de março foi o maior obtido no País, com uma trajetória crescente. Outro dado da maior importância: o crescimento das importações está ancorado, em primeiro lugar, na diversificação da destinação. Ou seja, o aumento das exportações para cada país, a variação absoluta, da forma como se dá, mostra como que o Brasil está diversificando. Por exemplo, o maior destinatário das nossas exportações são os Estados Unidos. No entanto, quando observamos o crescimento das exportações, verificamos que o crescimento da China, em valor absoluto, foi praticamente igual ao dos Estados Unidos; em termos percentuais, foi evidentemente muito maior. Nossas exportações para a China cresceram 317% no ano; para a Rússia, 254%; para a Coreia do Sul, 110%; para o Irã, 196%; para a África do Sul, 142%. Isso mostra que o Brasil de fato está cada vez menos dependente de mercados específicos, ao passo que, no caso da origem do produto, existe grande diversificação geográfica no Brasil e também uma grande diversificação da pauta de produtos exportados.

O resultado de tudo isso, de novo um dado da maior relevância, mostra que o País, que teve uma trajetória de conta corrente extremamente negativa, com déficits significativos, que chegaram, em 1999, a 4,72% do PIB, em 2003, pela primeira vez numa década alcançou um saldo positivo. E este ano, apesar das condições atuais de mercado, do crescimento da economia brasileira e do aumento das importações, prevemos outro superávit de conta corrente, também um resultado positivo. Isso mostra mais uma vez o dinamismo e a solidez dos fundamentos da economia brasileira.

Quanto ao risco Brasil, apesar da recente evolução dos mercados, ele está num patamar extremamente favorável quando comparado com a história recente do País. Nossas reservas internacionais brutas, como vemos, estão em patamares imensamente confortáveis para as condições atuais. É importante mencionar que a reserva bruta é o dado mais importante no que diz respeito a essas preocupações de curto prazo. Evidentemente, no longo prazo, temos que focalizar as reservas internacionais líquidas dos empréstimos do FMI, na medida em que nos próximos anos, tomada a nossa decisão de fugir à nossa história de acordos com o Fundo, vamos estar pagando nossos empréstimos junto a esse organismo. Mas novamente as reservas líquidas estão mostrando importante recuperação.

A dívida externa total, *exclusive* o Fundo Monetário, tem mostrado trajetória cadente, um dado muito positivo.

Agora, um dado importantíssimo sobre a melhora dos fundamentos da economia brasileira. Do lado esquerdo, a evolução dos juros pagos sobre a dívida externa, sobre as exportações; vejam como eles caem. Do lado direito, a dívida total sobre exportações, que também cai.

Existe uma grande preocupação no País quanto às taxas de juros, historicamente altas. Tem fundamento essa preocupação. Gostaria apenas de enfatizar que a taxa de juros de maior impacto na atividade econômica, a taxa de juros de mercado, tomando por base a taxa de juros de 360 dias do que é comercializado no mercado, tem tido uma trajetória cadente nos últimos meses, e tem



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

atingido os patamares mais baixos da história recente do País. Se descontarmos dessa taxa de juros de 360 dias, a inflação nos 360 dias seguintes — a taxa de juros real, portanto —, veremos que a média de 1997 a 1999 foi de cerca de 21,4%; de 2000 a 2002, de 15,8%; de 2003, de 13,2%; e de 2004, a atual, de 9,3%, o que mostra uma evolução favorável também no quesito taxa de juros de mercado. Logo, a taxa de juros real está atingindo os patamares mais baixos do período pós Plano Real.

Sobre a evolução das taxas de juros em relação ao crédito, enquanto a taxa média de pessoa física, mostrada no lado esquerdo, está crescendo, apesar de ainda atingir patamares elevados e ser cadente, a taxa média de pessoa jurídica, na escala da direita, em vermelho, está caindo. A oferta de crédito, portanto, está crescendo. O volume de crédito total oferecido pelo Sistema Financeiro Nacional vem crescendo sistematicamente nos últimos meses.

Quanto ao crescimento do Produto, como já mencionei, houve um decréscimo nos primeiros 2 trimestres de 2003 em função da crise enfrentada pelo País na virada do ano, de 2002 para 2003, mas já cresceu de forma importante no último trimestre do ano. É importante mencionar também que esse crescimento, de 1,5%, quando comparado ao de outros países, pode parecer pequeno, mas não é. Isso ocorre porque os outros países divulgam a taxa trimestral anualizada, que é de 6,14% ao ano. Isso significa que, comparada à de outros países, a taxa foi bastante elevada no último trimestre do ano passado. Como já mencionei, a evolução do nosso Produto, em comparação com o de outros países que passaram por crises similares, mostra-se favorável.

Agora vamos passar para o nível de atividade. Isso preocupa a todos. É a finalidade última de cada atividade de toda política econômica, evidentemente, mas é importante notar que não há país que tenha tido crescimentos importantes continuados e que os tenha alcançado num ambiente de instabilidade macroeconômica ou de alta inflacionária. Isto é, a precondição para o crescimento é a estabilidade macroeconômica e a estabilidade de preços.

Se medirmos a atividade econômica pelas vendas totais no varejo, por exemplo, veremos que de fato houve uma queda importante no primeiro semestre do ano passado, até o mês de maio, mas a partir daí existe uma trajetória de crescimento praticamente ininterrupta até o mês de fevereiro, último dado disponível. Se observarmos os diversos segmentos, vamos ver que as vendas, no geral — dados de fevereiro de 2004 contrapostos aos de fevereiro de 2003 —, cresceram 5%, 11% no varejo. Comparando-se o primeiro bimestre de 2004 com o primeiro de 2003, janeiro e fevereiro juntos, elas cresceram 5,56%, no total. Se olharmos por bimestre os diversos segmentos, veremos que em janeiro e fevereiro o de móveis e eletrodomésticos cresceu 17,69%; o de combustíveis, 5,57%; o segmento de vendas de hipermercados, veículos etc. sofreu uma pequena contração, mas já está aparentemente numa trajetória de recuperação, como o de tecidos, vestuário e calçados. Nesse mesmo quadro, mostrado agora de forma gráfica, veremos em azul o crescimento dos móveis e eletrodomésticos, em seguida os automóveis, tecidos, hipermercados etc. Mesmo aquele segmento que cresceu menos está mostrando claramente uma trajetória ascendente.

Vamos observar agora um dado importante: vendas varejistas e disponibilidade de crédito. As vendas do comércio, medidas por dados sazonalizados, na escala da esquerda, mostra, como já mencionamos anteriormente, uma trajetória crescente. Mas ao compará-la com a curva amarela, na escala da direita, que mostra a oferta de crédito, veremos que o crédito e as vendas do comércio estão aumentando.

Agora, examinemos as vendas industriais e a produção industrial. Um dado da maior importância: depois de uma forte aceleração da produção industrial, marcada pela linha vermelha, durante o correr do segundo semestre do ano passado, houve um período de acomodação, mas as vendas industriais estão crescendo fortemente, o que significa que será apenas uma questão de tempo a produção industrial ajustar-se a essas vendas, na medida em que os estoques estão cadentes. A produção industrial, medida entre fevereiro de 2003 e fevereiro de 2004, no geral cresceu 2,91%; bens de capital, 18%; bens intermediários, 2,98%; bens de consumo duráveis, 16,3%. Quanto aos bens de consumo semiduráveis e não duráveis há praticamente um equilíbrio, um fenômeno normal do crescimento. Começa com a retomada de crescimento dos setores mais sensíveis ao crédito, seguido dos setores que reagem à demanda agregada.

Chamo a atenção de V.Exas. para o fato de que os bens de capital cresceram 18,51%, uma produção muito importante. Isso mostra que as empresas estão investindo; portanto, é um sinal positivo.

Fala-se muito em emprego. Evidentemente, trata-se de um assunto da maior importância e a preocupação de todos nós é enorme, mas gostaria de mencionar alguns dados interessantes, pois é importante tê-los em mente. A massa salarial real na indústria tem mostrado uma trajetória



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

crescente até o último dado que temos, do mês de fevereiro. Em São Paulo, por exemplo, há dados muito conflitantes, talvez porque alguns desses dados sejam da região metropolitana de São Paulo, mas se analisarmos o Estado de São Paulo como um todo veremos que o emprego industrial cresceu sistematicamente a partir de setembro.

O Índice de Emprego Formal, agora Índice Brasil, índice nacional — isto é, o índice de vagas criadas ou existentes no País, segundo as medidas do Ministério do Trabalho —, tem uma trajetória crescente desde junho. Portanto, há crescimento do emprego formal. Vamos voltar a esse ponto em seguida.

Em relação às atividades em março e recentes veremos que existem diversos índices antecedentes que mostram também uma evolução positiva. Por exemplo, a expedição do papel ondulado está em crescimento. Esse é um dado importante que nos permite avaliar como pode vir a se comportar a produção industrial. A produção de automóveis, que tinha alcançado o pico em novembro, caiu um pouco, mas já está de novo numa trajetória de recuperação. Houve uma excelente produção no mês de março.

Quanto às consultas ao Serviço de Proteção ao Consumidor e ao Telecheque, de novo vemos um processo normal, sazonal: houve crescimento normal no final do ano; no início do ano houve um processo de queda — normal, depois das vendas de Natal —, mas já vemos uma recuperação importantíssima no mês de março, o que é outro sinal antecedente da recuperação da atividade econômica.

Fala-se muito no índice de confiança do meio empresarial. Dizem que os empresários estariam desanimados. Evidentemente, isso é importante para o futuro do País, mas acho essencial deixarmos de trabalhar com opiniões e passarmos a trabalhar com dados objetivos também a esse respeito. Existem índices importantes, como por exemplo a sondagem da Fundação Getúlio Vargas, que tem diversos indicadores. Em um deles os empresários classificam como boa a situação dos negócios da indústria de transformação. Como vemos, a partir do terceiro trimestre de 2003 esse índice começou a crescer; é a medida de como está a situação presente. Se olharmos à direita, na cor laranja, veremos qual é a expectativa do empresário para a situação nos próximos 6 meses. Notaremos que a partir do terceiro trimestre de 2003 é continuamente crescente, está melhorando. Esse é um dado da maior importância.

Em relação ao emprego gostaria também de mencionar que é importante separarmos aumento do emprego de desemprego. Como são feitas essas medidas? São feitas da seguinte maneira: há uma situação na qual a população economicamente ativa do País, aquelas pessoas que estão ou empregadas ou procurando emprego, tem subido muito. É um fenômeno normal no início do ano; acontece todos os anos, mais do que a criação do emprego, que como mostrei foi muito forte, inclusive no início deste ano. Mas as pessoas passaram a procurar emprego, o que é positivo. Isso significa que as pessoas apostam, têm esperança de conseguir um emprego. Contudo, algumas pessoas acham que é normal que isso aconteça pelo crescimento da população. Não é. Temos dados que mostram, com muita clareza, que o crescimento da população economicamente ativa, isto é, pessoas que estão procurando emprego, superou em muito o crescimento da população e a entrada das pessoas na idade economicamente ativa. Portanto, resumindo a situação — podemos voltar a este assunto, caso haja interesse —, o Brasil está no momento criando empregos de uma forma importante.

Isso não minora um problema grave que temos historicamente no Brasil, que é a questão do desemprego. Temos de trabalhar. É preocupação do Governo, é preocupação de todos nós brasileiros. Não há dúvida de que é um problema grave que o Brasil tem. Estou apenas mostrando que temos de nos ater aos números para verificar o que está sendo feito e o que está acontecendo no País nesse campo.

Dito isso, vamos passar agora aos resultados. O resultado do Banco Central, no segundo semestre de 2003, foi positivo em R\$ 7 bilhões, e decorreu das receitas e despesas de todas as suas operações.

Vamos examinar isso com um pouco mais de detalhes. Por exemplo, em relação ao quadro geral, o Banco Central teve uma receita de R\$ 75 bilhões e uma despesa de R\$ 68 bilhões. As receitas vieram de mercado aberto, R\$ 31 bilhões; *swap* nas operações de proteção cambial, R\$ 31 bilhões; área externa, R\$ 13 bilhões; outras operações, 2 bilhões etc. Despesas: mercado aberto, R\$ 24 bilhões; *swap*, R\$ 26 bilhões; área externa, R\$ 12 bilhões; outras operações, R\$ 6 bilhões etc. Portanto, o resultado líquido total foi de R\$ 7 bilhões.

Se olharmos agora as operações especificamente de mercado aberto e Tesouro Nacional, vamos ver o resultado de cada um dos tipos de papéis que compõem a carteira do Banco Central,



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

NTN-D, NTN-B etc., com uma receita total de R\$ 31 bilhões; o passivo, que é o custo financeiro dos diversos itens de mercado aberto — NBC, compromisso de recompra, conta única do Tesouro etc. —, com um resultado de R\$ 24 bilhões de custo; portanto, também nesse item há um resultado positivo de R\$ 7 bilhões.

Em relação à área externa, o resultado foi positivo: R\$ 1 bilhão. Cerca de R\$ 13 bilhões referem-se à remuneração do ativo, depósitos, títulos etc., e o passivo — depósito de organismos, empréstimos do Fundo Monetário etc. — soma R\$ 12 bilhões; portanto, o resultado é de R\$ 1 bilhão.

Aqui vemos o resultado outras operações de ativo, como, por exemplo, crédito com instituições em liquidação, R\$ 2 bilhões, positivo; depósitos de instituições financeiras no Banco Central, R\$ 4 bilhões; ações judiciais, R\$ 2 bilhões. São também itens de despesa do balanço do Banco Central.

Em comparação com o resultado de anos anteriores, vamos ver que se compararmos, por exemplo, o primeiro semestre de 2003 com o primeiro semestre de 2002, houve um comportamento favorável. Chegando aos números de que estamos falando agora, do segundo semestre, vemos que também houve um comportamento favorável, quando o Banco Central mostrou um resultado extremamente positivo: R\$ 7 bilhões, *versus* um resultado negativo no segundo semestre de 2002. Se analisarmos o total do ano, vamos ver que o resultado também se revela extremamente favorável comparado ao resultado de 2002.

Quanto à destinação do resultado, após os ajustes para reservas, o resultado positivo do Banco Central é transferido como receita para o Tesouro Nacional. Assim, em 27 de fevereiro de 2004 foi creditado à Conta Única o montante de R\$ 5,5 bilhões, referente ao resultado do segundo semestre de 2003, deduzidas as reservas de 25%, segundo a Medida Provisória nº 2.179/86, remunerada até aquela data.

Portanto, esse é o quadro geral não só da nossa visão da economia brasileira hoje mas também dos resultados do Banco Central.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a exposição do Sr. Presidente do Banco Central, comunicamos ao Plenário que há 3 Parlamentares inscritos para interpelações, e cada um disporá de até 3 minutos. O primeiro é o Deputado Rodrigo Maia, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente Senador Gilberto Mestrinho, Deputado Gonzaga Mota, Deputado Nelson Bornier, Dr. Henrique Meirelles, vou fazer meus questionamentos com base na apresentação do Presidente do Banco Central. Aliás, acho que virou praxe no Brasil não serem apresentados os indicadores ruins, mas apenas os considerados positivos, pelo Presidente do Banco Central e por outros órgãos do Governo.

Em relação à entrada de recursos externos no Brasil, houve uma brusca parada no Governo de Lula. O Presidente deveria trazer para cá os dados de 2003 e a projeção de 2004. Houve, sim, uma parada brusca. Foram R\$ 13 bilhões em 2003 e não serão nem R\$ 10 bilhões em investimentos diretos no Brasil em 2004. Há falta de credibilidade em nosso País, e os dados verdadeiros não são trazidos para discussão nesta Casa.

Em seguida foi mostrado o crescimento do PIB. Todos os homens responsáveis pela economia do Governo no início do ano disseram que o Brasil cresceu 1,5% no último trimestre. Utilizou-se a mesma fórmula que os outros países usam, de acordo com o que disse V.Sa.: projetaram uma expectativa e inventaram um crescimento para o Brasil de 6% para este ano. Só que os dados do primeiro trimestre de 2004 infelizmente já foram divulgados. Eles poderiam estar aqui, porque existem indicadores de 2004 nesta apresentação. Já se pode notar que há uma desaceleração no crescimento do País, que o Brasil não crescerá.

No final de semana, Sr. Presidente, num dia lemos nas manchetes dos jornais que há recorde no superávit primário do Brasil, mais de 5% — que maravilha! —, o melhor resultado desde 1991, e no dia seguinte abrimos os jornais e deparamo-nos com a notícia de que há recorde de desemprego no Brasil: mais de 20% de desempregados na Grande São Paulo. O IBGE esta semana divulga que há recorde no desemprego nacional: 12,8%.

O Presidente do Banco Central mostra aqui os dados do superávit. Poderia fazer uma comparação do resultado das políticas monetária e macroeconômica do Governo com o que elas estão gerando no dia-a-dia da população.

Há ainda o problema da composição da dívida. O Presidente Arminio Fraga trabalhou muito e conseguiu diminuí-la. Se V.Sa. tivesse caminhado um pouco mais para trás, para 2002, veríamos



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

também a curva decrescente da dívida brasileira atrelada ao câmbio. Só que no momento de crise foi tudo para o *overnight* e para o câmbio. É o que acontecerá novamente no Brasil se houver uma crise. Essa situação ocorre devido ao excesso de liquidez internacional. Os juros americanos podem de fato subir — parece que vão subir —, e pode haver algum outro choque externo. Não está havendo nenhum tipo de choque externo muito melhor do que teve o Governo Fernando Henrique Cardoso; V.Sa. mesmo mostrou a quantidade de choques externos nessa ocasião.

Não estou livrando o primeiro Governo de Fernando Henrique. Ele não cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - A política macroeconômica não era do PFL.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Do Presidente Henrique Meirelles também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O orador não pode ser aparteado. Estou contando o tempo. O Deputado Rodrigo Maia dispõe de mais 1 minuto.

V.Exa. pode continuar.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Deputado Colbert, V.Exa. não pode esquecer que o Presidente Henrique Meirelles defendeu todas essas políticas quando candidato a Deputado Federal pelo PSDB. Pelo amor de Deus! E S.Sa. é o Presidente do Banco Central do seu Governo hoje.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Do nosso Governo, então.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Do meu Governo não. Vou dizer porque não é, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - V.Exa. não me respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Colbert, pelo Regimento, o orador não pode ser aparteado.

Com a palavra o Deputado Rodrigo Maia.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Agora, Sr. Presidente, eles ficam levantando a bandeirinha do FMI. Era “*Fora FMI*”, “*Fora FHC*”. Agora a bandeirinha é “*Viva o FMI*”, “*Nós precisamos do FMI*”.

Entendo a angústia de S.Exa. por ter um Presidente do Banco Central que era do PSDB, que vocês tanto criticaram, e por manter-se essa parceria tão firme com o FMI, como nunca houve no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado o tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Vou encerrar, Sr. Presidente. Pena que não tenho mais tempo. Vou analisar criticamente apenas mais um ponto que considero relevante: a política de juros do Presidente da República Lula, encaminhada pelo Presidente Henrique Meirelles.

Tivemos, deflacionando e retirando o risco Brasil, uma transferência para o sistema financeiro do meio do ano passado até agora de aproximadamente R\$ 50 bilhões no Governo do PT.

O segundo ponto, infelizmente não apresentado pelo Presidente do Banco Central, são os meios de pagamento. Está havendo uma retração brutal nos meios de pagamento, o que está gerando muito dessa política recessiva exagerada do Presidente.

Peço desculpas. Gostaria muito de continuar minha explanação, mas por falta de tempo encerro agora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Ouviremos mais 4 oradores e em seguida falará o Presidente do Banco Central.

Com a palavra o Deputado Paulo Bernardo.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Obrigado, Sr. Presidente.

A vinda do Presidente e dos diretores do Banco Central a esta Comissão acontece num momento extremamente importante e com certeza ajudará o Congresso a entender melhor a ação desse órgão, enfim, a política macroeconômica do Governo.

Sr. Presidente Senador Gilberto Mestrinho, Deputado Gonzaga Mota, Deputado Nelson Bornier, em primeiro lugar devemos entender que estas 3 Comissões tratam de fatores técnicos. Portanto, é importante que não comecemos a fazer discursos como se estivéssemos em um palanque na Baixada Fluminense, em Londrina ou em Joinville. Não estamos fazendo campanha eleitoral ainda. O trabalho destas Comissões é fundamental para que não apenas o Congresso Nacional, mas também a sociedade, entendam o andamento das nossas contas. Neste momento, parece absolutamente irrelevante o fato de o Presidente do Banco Central ser filiado ao PSDB, ao PT ou a



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

qualquer outro partido. O que interessa é a política implementada. Temos de avaliar se ela está no bom caminho ou não.

Sr. Presidente Henrique Meirelles, mais uma vez, fiquei muito impressionado com a tranqüilidade de V.Sa., com a clareza principalmente em relação a alguns números. Temos de louvar a disposição de V.Sa. para o debate. Evidente que, independentemente da histeria de alguns, temos que agir com tranqüilidade. Trata-se de reunião de 3 Comissões Técnicas. Não estamos aqui fazendo um debate político rastaquëra.

Sr. Presidente, está muito claro para todos que o Banco Central tem conduzido a política monetária de maneira adequada, correta. Está havendo redução da nossa vulnerabilidade e aumento de credibilidade. Agora, alguns pontos fundamentais causam angústia em nós, Parlamentares. Peço a V.Sa. que discorra um pouco mais, primeiro, sobre o crescimento econômico.

Há grande volume de informações, de indicadores, de índices. E para nós, leigos, fica muito difícil entender tudo o que sai na mídia. Queremos saber qual a expectativa em relação ao crescimento econômico. Inclusive o FMI divulgou, semana passada, que a perspectiva de crescimento é de 3,5%. Aliás, número que o Governo já havia divulgado em abril do ano passado, quando enviou a LDO para esta Casa. Mas não é apenas isso. Na verdade, nossa preocupação é com a trajetória prevista nos próximos 2, 3 anos para o crescimento sustentável. Este ano vamos crescer 3,5%, 4%. O que acontecerá no ano que vem?

O segundo ponto que desejo abordar talvez não esteja diretamente ligado ao Banco Central, mas com certeza V.Sa. tem acompanhado seu desdobramento. Trata-se do debate que surgiu a partir da reunião do Presidente com o Diretor-Gerente do FMI, em março. Agora o Ministro Palocci esteve em Washington e conversou com diretores do Fundo. Um fator pode modificar a tratativa das contas em relação ao superávit: os gastos das empresas estatais. Qual a avaliação do Governo? Sei que ainda não deve haver uma resposta conclusiva, mas gostaria que V.Sa. tecesse algum comentário a respeito do assunto. Qual o impacto em termos de crescimento econômico?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Paulo Afonso.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO - Sr. Presidente, Dr. Henrique Meirelles, demais diretores do Banco Central, colegas, ao longo dos últimos meses, afirmaram que essa política rigorosa, dura, até intransigente do Governo para readequar parâmetros e índices, conduzida pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central, nos credenciaria perante o mercado externo. Enfim, que o cumprimento do dever de casa nos traria o investimento necessário para o desenvolvimento.

Vou me permitir uma metáfora: o menino sendo bem comportado, estudando, não desobedecendo ao pai e à mãe, não gastando a mesada, o Papai Noel e o coelhinho da Páscoa iriam trazer muitos presentes, muitos ovinhos. Todavia — essa semana foi muito característica — vimos que o menino do vizinho está tendo um comportamento pouco adequado, e o Papai Noel não vai trazer presente para ninguém, nem para o bem-comportado.

Vimos a preocupação com os juros e com o crescimento econômico nos Estados Unidos. E aí sobe o risco Brasil, sobe o dólar, cai a confiança no Brasil. Parece que, em função da realidade dos Estados Unidos, eles não levam em conta o fato de agirmos como eles queriam.

Então, pergunto: adianta toda essa dureza, todo esse esforço, se simplesmente esse tal mercado, esse ente supraplanetário, negligencia todo o esforço feito em função de uma realidade que ocorre no outro hemisfério?

Evidentemente que todo esse esforço busca alcançar o bem-estar da sociedade: geração de empregos, melhor distribuição de renda, melhoria da qualidade de vida das pessoas por meio do crescimento e da distribuição de riquezas. Contudo, os números hoje continuam teimosamente andando no sentido oposto. Se os ajustes aqui apresentados são positivos, a situação de desemprego e de distribuição de renda cada vez se agrava mais. Isso é verdade.

Pergunto: quando vai haver uma compatibilização?

Digo isso, até porque — e faço uma observação política e verdadeira, Sr. Presidente — nós, que andamos lá fora e conversamos com as pessoas, constatamos — e eu digo isso com grande preocupação — que o grau de confiança no Governo, o índice de popularidade vai erodindo numa velocidade espantosa. Afinal de contas, quando os resultados vão aparecer para a população? O que vejo é uma queda constante e acentuada desse índice de confiança e de popularidade.

Lembro o sentimento humano: quando se ama muito e há traição, decepção, o ódio vem na mesma velocidade. Ele não vem gradativamente, como quando há apenas afeto, carinho.

Então, é esse o sentimento.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Anuncio a presença do Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado, bem como do Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, do Senado, que já tomaram assento à mesa.

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda, último orador deste primeiro bloco.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente desta Comissão, Presidentes das várias Comissões, Senadores, Deputados, Sr. Presidente do Banco Central, quando aprovamos a Lei de Responsabilidade Fiscal — e está sentado a meu lado o Relator daquela lei —, tínhamos uma visão no sentido de o Congresso, Poder político, ter algum tipo de controle sobre a ação do Banco Central. Refiro-me à obrigação de vir aqui fazer exposições. E estabelecíamos claramente que essas reuniões deveriam ter uma avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações.

A exposição de V.Sa. foi muito bem-feita, muito bem ilustrada, mas não houve o efetivo cumprimento desta determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por exemplo, queremos saber qual é o custo fiscal da política monetária. Na sua exposição, V.Sa. não fez referência ao quanto de juros foi pago no ano passado. Trata-se do custo fiscal da política. Considero que existem, talvez, erros de duas partes: nós não precisamos ainda suficientemente como seriam essas exposições. Queríamos fazer uma avaliação. Incluímos na Lei de Responsabilidade Fiscal o anexo das metas fiscais. E há uma prestação de contas sobre esse anexo de metas fiscais.

Queríamos que V.Sa. expusesse: “*Nós tínhamos tais objetivos e tais metas no início de 2002 e no fim de 2003 chegamos a isso*”. Essa comparação permitiria aos Parlamentares avaliar a ação do Banco Central. Infelizmente isso não foi feito. Fica o dever de casa, para que possamos cumprir efetivamente a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Farei algumas perguntas objetivas.

Quando V.Sa. diz que a dívida cambial representa apenas 17,8% do PIB, estão incluídos aí os títulos em *swap* e a dívida externa? Caso a dívida externa esteja incluída de quanto é a nossa exposição?

É comum fazer-se a comparação com outros países que viveram crise e que posteriormente tiveram grande queda do PIB. Porém, não se dá prosseguimento aos anos. O que marca todos esses países citados por V.Sa. — da Ásia e da América Latina — é a grande queda do PIB. Porém, houve grande recuperação posteriormente. A queda do PIB é como se fosse uma purgação do que o mercado faz. Depois há uma recuperação. Exemplo mais claro disso é a Argentina. No Brasil historicamente isso não existe. Por quê? Qual a explicação teórica que V.Sa. tem para esse fato? Tivemos crise em 1998; não recuperamos. Recuperamos um pouco em 2000. Depois, baixo crescimento. Tivemos crise em 2003; a queda não foi tão grande, mas a recuperação também não foi grande. Ficamos sempre na mediocridade.

Sr. Presidente Meirelles, a pergunta que faço é a respeito do resultado do Banco Central. V.Sa. expôs os dados em relação a 2002 e 2003. Em 2002 o Banco Central teve grande prejuízo, coberto pelo Tesouro. Em 2003, teve resultado positivo. O que houve? Há algumas coisas que não entendo. Do ponto de vista líquido, o Tesouro, para criar o chamado colchão de liquidez, emitiu 96 bilhões. Títulos emitidos junto ao mercado, cujo resultado é depositado na Conta Única. Explique, por favor. Para mim não existe, mas deve haver uma lógica. O Tesouro pagou na emissão desses títulos. O custo médio da dívida pública foi 26% no primeiro semestre e 20% no segundo. Foi remunerado com esse dinheiro na Conta Única 3,95% no primeiro semestre e 10,13% no segundo. Na minha opinião, isso é uma maluquice. Quando se debate isso com o Tesouro, afirmam que isso não se repercute na dívida, porque não se emite para gastar, emite-se para depositar no Banco Central, na Conta Única. Não tem repercussão na relação dívida/PIB. Tem repercussão no crescimento da dívida mobiliária em poder do público. É o que conta. Não entendo. A dívida interna líquida, em dezembro de 2002, era 69,494 bilhões. Em dezembro, 171 bilhões. Praticamente a dívida interna líquida triplicou. A dívida interna líquida em percentual do PIB passou de 5,2% a 11,2% do PIB. É fácil. Vamos comparar 2002. Em 2002, quando a remuneração da Conta Única deu prejuízo, foi de 18,65% no primeiro semestre e 18,51% no segundo semestre. Nesse caso, o Banco Central deu prejuízo.

De onde veio o resultado positivo de 2003? A remuneração passou a 3,95%. Lançamos títulos para o mercado e pagamos 26,08%. Os recursos desse título são depositados na Conta Única e recebem 3,95%. Há um enorme subsídio. Por quê? Qual a lógica disso, Sr. Presidente Meirelles? Há enorme crescimento do endividamento. A relação dívida/PIB às vezes cresce pouco, porque os conceitos dessa relação são muito complexos. Há pessoas que analisam e afirmam que não é bem



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

isso, contam coisas que não devem contar. Acho que deveríamos examinar a dívida mobiliária em poder do público, porque a relação Tesouro/Banco Central é uma relação *interna corporis*. Mas por que a dívida em poder do público tem crescido tanto? Porque o Tesouro emitiu liquidamente 90 bilhões fora das suas necessidades de pagar juros. São todos documentos oficiais. A dívida em mercado cresceu de 41,4% para 46,1% — quase 5%. Isso não aparece quando se compara a relação dívida líquida/PIB, que cresceu 3%, de 55% para 58%, se não me engano. Mas a dívida em poder do mercado tem crescido constantemente. Qual a causa disso? O colchão de liquidez? No caso é um colchão de espuma. Peço a V.Sa. que explique a situação. Sei como é contabilizada a remuneração dos títulos. A Conta Única do Tesouro é a taxa aritmética média ponderada da rentabilidade intrínseca dos títulos da dívida pública mobiliária federal interna de emissão do Tesouro em poder do BC. Há muito título com remuneração vinculada ao câmbio que caiu. Porém, não é lógico pagar-se uma média de 20% e receber 3,9%.

Se possível, peço a V.Sa. que esclareça essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Começarei respondendo ao Deputado Rodrigo Maia. São perguntas importantes que nos dão excelente oportunidade de endereçar alguns conceitos fundamentais.

Em primeiro lugar, a diferenciação entre o investimento estrangeiro direto e a entrada líquida de capitais. A entrada líquida de capitais é a soma total de toda a entrada de capitais no País, toda saída de todos os tipos. Foi essa que mostramos no início, razão do choque de oferta de 2002. Estabilizou-se em 2003 com a entrada líquida de capitais, similar ou um pouco superior, e crescendo em 2004.

V.Exa. refere-se ao investimento estrangeiro direto. De fato, ele caiu no ano de 2003. Chegou a um patamar mínimo de investimento, no meio do ano, de cerca de 300 a 400 milhões de dólares por mês. Subiu e recuperou-se juntamente com o restante da economia no segundo semestre. Atingiu, portanto, o valor anual de 10 bilhões e 144 milhões de dólares. No ano de 2004, a previsão do Banco Central é ver esse investimento direto crescer para cerca de 13 bilhões de dólares, sendo que já no primeiro trimestre houve um número da ordem de 2 bilhões e 719 milhões, o que em termos sazonais é consistente com a projeção de 13 bilhões.

O importante é que o investimento estrangeiro direto está num processo de recuperação. É igualmente importante mencionar que, durante o ano de 2003, o investimento em geral caiu no mundo todo, porque houve uma desaceleração da economia que estava já ocorrendo naquele período. Os investimentos voltaram a crescer em todo o mundo. Então, era absolutamente normal que empresas com capacidade ociosa num país não fossem fazer investimento em outro país.

Portanto, é um dado extremamente positivo que, no segundo semestre, houve importante recuperação, que continua neste ano. Além disso, devemos notar que, em anos anteriores, parte importante desse investimento se deu no processo de transferência de controle e de privatização. Trata-se de um processo importante, mas que não deve ser confundido com a inversão de máquinas e equipamentos, cujos números são consistentes com o esperado.

O ponto seguinte refere-se à anualização da taxa de crescimento do último trimestre do ano passado, em comparação com outros países. Agradeço a S.Exa. a pergunta, porque nos dá oportunidade de esclarecer um ponto importante.

A anualização da taxa não é uma projeção para frente, mas meramente uma maneira de medir a taxa daquele trimestre. Podemos medir 1,5% ou taxa anualizada de 6,5%, que é uma maneira de comparar a taxa de um mês, um trimestre, um semestre ou de um ano de modo consistente. Os demais países usam a taxa anualizada. Mesmo quando falam em taxa mensal, trimestral, semestral, anual, sempre se referem à taxa anualizada, visando dar critérios consistentes. Em resumo, não é uma projeção, mas meramente uma medida comparável a outros países para a taxa daquele trimestre especificamente.

Em relação ao crescimento no primeiro trimestre, é uma discussão da maior importância, muito séria. O PIB do primeiro trimestre ainda não foi divulgado. O IBGE fará a divulgação no começo do mês de maio. Portanto, não sabemos. O último PIB divulgado é o do último trimestre do ano passado, que foi positivo, em crescimento.

No que tange aos indicadores referentes ao PIB do primeiro trimestre, como eu disse, na medida em que não temos os números, devemos trabalhar com indicadores chamados antecedentes. Por isso mostrei diversos números, seja do índice do papel ondulado, seja da evolução do emprego formal e da massa salarial etc., no sentido de que sejam indicadores que nos possam dizer o que



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pode vir a ser o PIB do primeiro trimestre. Não sabemos ainda, só saberemos no começo de maio. O Banco Central não divulga projeções trimestrais de PIB, apenas anuais, mas o fato concreto é que mostrei com clareza que os indicadores são positivos. Os indicadores antecedentes do primeiro trimestre mostram que está havendo uma continuada expansão da economia.

Em relação à última pergunta, a composição da dívida cambial, não há dúvida de que esse é um trabalho de longo prazo e de que essa tem sido uma preocupação importante. Eu gostaria apenas de mencionar que o percentual da dívida cambial sobre a dívida interna total, esse que estamos vendo hoje, é o mais baixo desde 1996, exatamente no momento que a dívida indexada ao câmbio começou a ter um percentual mais importante. Antes da crise de 2002, já estava em 29,8%. Esse importante dado demonstra que de fato a economia brasileira está-se estabilizando. Portanto, olhamos para frente e vislumbramos uma continuada desindexação da dívida em relação ao câmbio.

Passemos agora às perguntas do Deputado Paulo Bernardo. Primeiro, sobre a expectativa de crescimento para 2004 e para os anos seguintes.

Nossa expectativa para o ano de 2004 é um crescimento na economia de 3,5% e esperamos que essa taxa possa evoluir positivamente para os anos subsequentes. Evidentemente, o crescimento da economia depende de uma série de fatores e não apenas da política do Banco Central.

A finalidade da política monetária é estabilizar a economia e permitir que ela cresça normalmente dentro de seu potencial, mas existe toda uma série de outros trabalhos sendo feitos por diversas áreas do Governo exatamente para fazer com que essa taxa de crescimento potencial continue numa escala ascendente. E a nossa previsão é o crescimento potencial do País nos próximos anos.

Com relação à segunda pergunta de S.Exa. sobre as discussões do Presidente da República com o Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional em Brasília e do Ministro Palocci, em Washington, diria que o gasto das estatais é menos importante para o Brasil. Existe algo maior: a contabilização dos investimentos públicos e a possibilidade de que eles tenham um retorno garantido. Investimentos, portanto, autofinanciáveis a longo prazo pela receita criada por ele mesmo deveriam ser excluídos das contas primárias.

Estão sendo feitos estudos pelo FMI e agora existe a idéia de se criar um programa baseado num plano piloto, do qual o Brasil seria parte. A conclusão desse estudo poderá levar a uma melhoria da qualidade do superávit primário do setor público. Continuaremos certamente comprometidos com a disciplina fiscal, mas com melhores perspectivas do ponto de vista da qualidade das contas públicas e da maior capacidade de investimento em infra-estrutura, particularmente.

Em relação às perguntas do Deputado Paulo Afonso, tenho a dizer que gostei muito da analogia de S.Exa. sobre o menino que se comporta bem com os professores para ganhar recompensas, mas utilizarei outra. A situação do Brasil não é a mesma do menino bem comportado, mas se parece com a do pai que tem de olhar para o futuro da sua família e que para isso precisa equilibrar suas contas atuais e futuras e se assegurar de que terá condições de pagar a educação dos seus filhos e a alimentação de sua família, enfim, equilibrar as contas para não sacrificar o bem-estar de seus entes queridos ao apostar em medidas benéficas de curto prazo. Portanto, definiria as medidas tomadas pelo Governo brasileiro como as de um pai de família responsável, que se preocupa com o futuro de seus filhos.

Respondendo à pergunta no sentido de que se adianta fazermos sacrifícios e, depois, não sermos necessariamente reconhecidos pelo mercado, diria que, evidentemente, não podemos controlar no Brasil, como em nenhum outro país, a evolução da economia mundial e os humores dos mercados. Ninguém sabe, por exemplo, o que vai acontecer com a economia da China. Pergunta-se se ela está superaquecida, se vai conseguir desaquecer de uma forma suave, se haverá inflação. Não sabemos. A expectativa é, segundo as análises que temos visto, de que ela conseguirá desaquecer de forma controlada.

Temos tido conversas com o banco central chinês e temos uma boa impressão a respeito, mas ninguém pode prever totalmente os humores dos mercados mundiais. Entretanto, podemos prever nossa condição de enfrentar situações negativas ou positivas. E hoje, como procuramos mostrar, o Brasil tem melhores condições de enfrentar eventuais diminuições no fluxo de recursos do mercado mundial para os países emergentes. O País hoje tem fundamentos mais sólidos na economia.

Acredito que o Brasil vai sair daquela situação que vivemos durante muito tempo: quando os mercados estavam muito favoráveis, o País estava equilibrado; quando os mercados estavam em crise ou com menos liquidez, o Brasil entrava em crise.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agora, estamos caminhando para situação em que se os mercados estiverem muito favoráveis, o Brasil melhorará seus fundamentos; e, quando os mercados estiverem menos favoráveis, o Brasil estará equilibrado, porém continuará sua trajetória de crescimento.

E, quanto à resposta no sentido de que se vale a pena, acredito que sim, porque estamos mantendo as previsões de crescimento da economia neste ano, o que é um sinal importantíssimo. O Brasil está em melhores condições para continuar a crescer.

A respeito de quando vai ficar bem, eu diria que é um fenômeno normal. Infelizmente, a população não sente imediatamente quando a economia começa a melhorar. Todos gostaríamos que fosse diferente, mas não há país do mundo que seja assim, nem os países muito ricos. É um fenômeno conhecido, a economia começa a melhorar, e demora às vezes um ano ou mais até que a população perceba isso com clareza.

Vamos aguardar que a população perceba esse crescimento, principalmente a brasileira, que tem vivido situação tão difícil por tanto tempo e que tem tanta ansiedade por melhora justa e, portanto, apresenta-nos responsabilidade muito maior.

A população brasileira merece melhores condições de vida, pois trabalha duro e sério. Por isso, é muito importante que não erremos e que tomemos medidas responsáveis para que a economia possa ter crescimento sustentado nos próximos anos e possa sair desse sistema de arrancada e freada, que tem impedido o crescimento a taxas elevadas.

Passemos agora às perguntas do Deputado Sérgio Miranda.

Primeiro, a respeito das metas e dos objetivos do Banco Central. Precisamos olhar a situação com clareza. Esta é uma excelente oportunidade para conversarmos sobre o assunto, e acredito que haverá oportunidades subseqüentes.

O objetivo fundamental fixado pelo Banco Central, a meta que tem de perseguir, segundo a definição do Conselho Monetário Nacional, é a de inflação. Essa é uma missão fundamental do Banco Central, além da supervisão bancária, da boa administração de política monetária, de política cambial etc.

Temos que olhar os resultados do Banco Central por intermédio dos resultados das políticas do próprio Banco. Por exemplo, em relação à meta de inflação, mostrei a evolução das medidas de inflação. Fundamentalmente, medir a eficácia de uma política monetária pelo resultado dessa política, exatamente a inflação medida.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - A meta de inflação não foi cumprida.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Nesse ano mesmo, V.Sa. escreveu uma carta ao Conselho Monetário Nacional em que justifica o não-cumprimento da meta. É o terceiro ano em que o Banco Central não cumpre a meta.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Deputado, apenas para esclarecimento, escrevemos uma carta ao Conselho Monetário Nacional para explicar o não-cumprimento da meta de 2002. Não há dúvida de que, em 2002, não se cumpriu a meta. Mas não estamos aqui prestando contas do ano de 2002 — ano que nem sequer estávamos no cargo —, apesar de termos cumprido a função de explicar ao Ministro o fato de a meta de 2002 não ter sido cumprida. Estamos aqui prestando contas do ano de 2003.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - E a meta foi corrigida.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Para poder entrar, foi corrigida a meta.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Exatamente. Nós propusemos ao Ministro da Fazenda, e S.Exa. aceitou que a meta de inflação fosse ajustada para 8,5% no ano de 2003, exatamente para evitarmos que acontecesse no Brasil o que aconteceu em outros países que tiveram crises similares à do País e contrações muito grandes de produto. Não há dúvida de que, se tentássemos perseguir a meta originalmente definida para o ano de 2003, de cerca de 4%, passando depois a 3,75%, poderíamos ter contrações importantes do produto, inclusive como mencionamos naquela carta aberta, e poderia ocorrer queda de cerca de 7% do produto.

Portanto, a meta de 2003 foi ajustada em 8,5%, e atingimos resultado altamente aceitável, segundo todas as avaliações, de 9,3% e, mais importante, com a inflação, a partir dos meses de maio e junho de 2003, claramente numa trajetória de convergência para as metas. V.Exa. também há de observar que a inflação medida nos últimos 12 meses está absolutamente de acordo com a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional — dado positivo em relação às metas do Banco Central.

No que tange a outros objetivos, como os da autoridade monetária, por exemplo, da fiscalização bancária, também o Banco Central tem tido trajetória de alta solidez, de melhora nesse



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aspecto. Diversos organismos independentes internacionais têm atestado a continuada melhora da capacitação de fiscalização do Banco Central do Brasil, com os relatórios de inflação, outro dado da maior importância, porque mostra a transparência da autoridade monetária, que também vem melhorando de forma substancial.

Em relação ao custo fiscal da política monetária, é difícil fazer estimativas. V.Exa. há de considerar precisamente o efeito fiscal da política monetária. A taxa de juros praticada na economia depende fundamentalmente da percepção de risco macroeconômico, e não exclusivamente da taxa fixada pelo COPOM. Se nós olharmos, por exemplo, o passado, vamos ver que, mesmo quando o COPOM tinha fixado a taxa SELIC em patamares similares aos atuais, a taxa de juros dos títulos públicos, na realidade, estavam maiores. Por quê? Porque o mercado estava demandando taxa maior para comprar esses títulos.

Essas taxas têm caído. A taxa de juros pós-fixada, exemplo importante, abaixo inclusive de 9%, demonstra que o resultado da política monetária, do ponto de vista do custo fiscal, também tem trajetória extremamente positiva.

Sobre a Conta Única, Deputado, eu diria o seguinte: o Tesouro não emite títulos para o Banco Central. O Banco Central adquire os títulos em leilão ou diretamente do mercado, a preços de mercado, como instrumento de execução de política monetária. Em 31 de dezembro de 2003, a Conta Única possuía saldo de 120 bilhões, e, no segundo semestre, a remuneração foi de 14 bilhões de reais. Portanto, consistente com as remunerações de mercado. O critério de remuneração da Conta Única implica que o banco não tem ganho ou perda em relação ao Tesouro nesse item. O que o banco recebe na carteira de títulos o banco paga na Conta Única. Isso quer dizer que a remuneração dos títulos do Tesouro Nacional que estão no ativo do Banco Central servem de base para a remuneração que o Banco Central paga ao Tesouro na Conta Única. Portanto, o lucro do Banco Central não vem do carregamento dos títulos do Tesouro.

A pergunta de V.Exa. é importante e nos dá oportunidade exatamente de esclarecer o assunto.

O Banco Central está impedido de efetuar emissões primárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, ele apenas resgata, no caso, por exemplo, do saldo do INPC, que, em 2002, era de 67 milhões e, em 2003, baixou para 30, resgatando 37; a Conta Única subiu de 88 para 120, porque a carteira de títulos caiu, aumentando a colocação. A dívida mobiliária federal para o Banco Central passou, portanto, de 649 bilhões, em março de 2003, para 760 milhões, em março de 2004; 17% a mais em termos nominais e 5% em termos reais.

Apesar de toda melhora fiscal, ainda temos déficit nominal. Por isso, a dívida aumenta, mesmo estando estável em termos do produto. Isto é, na medida em que há déficit primário em termos reais, há, portanto, conseqüente aumento da dívida, lembrando que o importante é a medida em relação ao produto.

Agora, indo ao cerne da pergunta de V.Exa., Deputado, o Banco Central obteve o resultado de 7 bilhões de reais, mas os mais importantes vieram não do carregamento de título do Tesouro, mas do *swap*, que obteve resultado positivo de 3 bilhões de reais, da área externa, e obteve resultado de 1 bilhão de reais etc. Em resumo, é o resultado, em última análise, da melhora dos fundamentos da economia brasileira.

Em relação à dívida externa líquida com percentual do produto, diria o seguinte: a dívida externa líquida em relação ao PIB caiu de 14,3%, em dezembro de 2002, para 12%, em dezembro de 2003, e para 11%, em março de 2004.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrado o primeiro bloco.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, pelo Regimento, tenho direito à réplica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra para a réplica.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Objetivamente, quando fiz comentário sobre o efetivo cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, sinceramente, esperava uma atitude mais humilde, vamos dizer assim.

V.Sa. deveria expor aqui os objetivos e as metas definidos na letra da lei. Deveríamos discutir o impacto das políticas. Mas qual? Qual a queda do produto? Qual o crescimento do desemprego? Qual o custo fiscal? Não existe custo fiscal nas políticas econômicas e monetárias? Quanto se paga de juros? V.Sa. não se referiu a esses pontos na sua exposição. Isso não cria uma visão totalmente distorcida dos efeitos da política monetária creditícia e cambial?



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Como nós, o Relator Pedro Novais apresentou todos esses pontos, quando da discussão da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sr. Presidente, sinceramente, todos esses pontos foram postos em debate com outros Presidentes do Banco Central e sempre se perguntou: como é mesmo que interpretamos o § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal? Como deve ser essa exposição? Pelo menos eu sentia essa preocupação anteriormente. V.Sa. se mostrou satisfeito em fazer uma exposição apontando indicadores econômicos genéricos.

Segundo ponto: o endividamento. Há uma lógica que tem de ser respondida e V.Sa. não o fez. Em 2002, quando a remuneração da Conta Única era de 18,61%, no primeiro semestre, e 18,51%, no segundo, assemelhada ao custo da Dívida Pública Mobiliária Federal no mercado, o Banco Central deu prejuízo de 17 bilhões, se não me engano. Segundo a exposição de V.Sa., não dá para saber o valor, pois temos apenas uma tabela.

Em 2003, a remuneração da Conta Única foi de 3,95%, no primeiro semestre, e 10,3%, no segundo semestre, muito abaixo do esperado. Isso não tem nada a ver com o resultado do Banco Central? Vou estudar mais sobre o assunto. Vou fazer esse levantamento com a brilhante assessoria da Câmara dos Deputados.

Sinceramente, na resposta que V.Sa. nos deu, lendo seu texto, eu não percebi. Depois, poderá haver uma resposta mais consistente.

Sr. Presidente, vou fazer um levantamento em relação ao crescimento do endividamento público brasileiro e não apenas da dívida. Sei que no Banco Central há ótimos técnicos. Mas todas as vezes que S.Sas. fizeram uma projeção da relação dívida/PIB, desde 1999, na primeira audiência pública, nunca acertaram. Sempre aparecia a queda da relação dívida/PIB, e nunca acertaram. Vou trazer todos os dados. Temos em nosso arquivo todas as exposições feitas: *"Vai cair a relação dívida/PIB, vai cair até 2011, e tal e tal"*. Nunca se acertou.

Vamos tentar fazer um trabalho e trazer a público esse debate.

Quando V.Sa. diz que havia necessidade de o Tesouro emitir mais para pagar juros, já está incluído o pagamento de juros. Sr. Presidente, se V.Sa. quiser, eu lhe passo essas informações. É o endividamento mobiliário interno líquido, além das necessidades de amortização, rolagem e pagamento de juros, segundo os técnicos do Tesouro, para criar o colchão de liquidez. Qual a necessidade desse colchão de liquidez?

Na qualidade de membro da Comissão Mista, não estou satisfeito com as informações prestadas. Não sei se o mesmo acontece com os demais Parlamentares. Ouvimos uma bela exposição sobre política econômica, mas ainda temos dúvida em relação ao cumprimento do determinado na Lei de Responsabilidade Fiscal. E mais: por que o Tesouro tem esse tipo de comportamento?

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, sou entusiasta, admirador do Dr. Henrique Meirelles. Estou satisfeito com a atuação do Banco Central no que diz respeito à política econômica. Mas acho que S.Sa. poderia ser mais didático nas próximas exposições, como bem disse o Deputado Sérgio Miranda.

Não foi à toa que especificamos na Lei de Responsabilidade Fiscal a avaliação do cumprimento dos objetivos e das metas. Os Parlamentares não são muito objetivos. Portanto, queríamos ouvir exposições objetivas.

Esperávamos que a avaliação do cumprimento dos objetivos seria feita da seguinte forma pelo Presidente do Banco Central: objetivo nº 1, tal; a avaliação do cumprimento: podemos cumprir por isso, por isso e por aquilo; não podemos cumprir por isso, por isso e por aquilo. Objetivo nº 2, e assim por diante. Metas: da mesma forma.

Repito, agimos didaticamente para evitar que assuntos estranhos à discussão fossem abordados aqui.

Creio que, como complemento, S.Sa. poderia fazer a mesma exposição, na minha opinião muito boa, instrutiva e ilustrativa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Presidente do Banco Central.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Em primeiro lugar, agradeço ao Deputado Pedro Novais pelos elogios.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou procurar responder às perguntas.

Asseguro ao Deputado Sérgio Miranda que temos a maior preocupação em relação ao atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, razão pela qual temos ido tão profundamente na análise dos resultados das políticas monetárias e cambiais aplicadas pelo Banco Central do Brasil não só para o Governo como para a economia brasileira.

Por outro lado, o Banco Central adotou política de maior humildade e atenção. Asseguro ao Deputado que somos excelentes ouvintes — pelo menos gostamos de pensar assim — e fazemos o maior esforço para isso. Prestamos a maior atenção às observações do Deputado, inclusive em relação ao formato da apresentação. Tenha certeza absoluta de que nossa intenção é atender não só aos objetivos da lei, mas também os objetivos atuais dos Srs. Deputados.

Em relação à observação do Deputado Pedro Novais, agradeço a S.Exa., talvez eu apenas tenha a opinião de que os Deputados são bastante objetivos. Não há dúvida de que também estou atento à sua observação, à sua sugestão de como estruturar as apresentações, vincular os objetivos com os resultados, no sentido de ficar ainda mais claro para esta Casa.

Procuramos mostrar, com a maior clareza, os resultados das políticas efetuadas pelo Banco Central, não só na parte fiscal, mas, como foi mencionado pelo Deputado Sérgio Miranda, também em relação a empregos, nível de atividade econômica, inflação e parte externa. Tudo isso faz parte, evidentemente, dos objetivos do Banco Central, mas não há dúvida de que podemos dizer qual o resultado do objetivo da meta de inflação. Mostramos exatamente o comportamento da inflação, o objetivo da política cambial, os resultados, mas talvez possamos facilitar ainda mais o entendimento.

Em relação ao prejuízo do Banco Central, enfatizo novamente, Deputado Sérgio Miranda, dois pontos. Em primeiro lugar, temos a maior satisfação, o maior prazer de atender a qualquer solicitação de V.Exa. no sentido de informar e fornecer subsídios técnicos ou humanos aos quadros capacitados e brilhantes desta Casa no que diz respeito a esta análise. As portas do Banco Central estão abertas a V.Exa. para discutirmos com mais profundidade.

Em relação à remuneração da Conta Única, V.Exa. estabelece que ela foi tal em 2002, que houve prejuízo, outra remuneração e volume. Digo novamente que o critério de remuneração da Conta Única não é responsável por resultados de lucros ou prejuízos do Banco Central, na medida em que é a taxa média aritmética ponderada da rentabilidade intrínseca dos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, por meio de emissões do Tesouro em poder do banco. Isto é, tomamos a média dos nossos papéis em carteira, e isso define a remuneração da Conta Única.

Foi definido como resultado do Tesouro principalmente as ações deste, as taxas de juros definidas pelo mercado, o resultado do déficit nominal e todas as situações do País. Não é o resultado da Conta Única especificamente do Banco Central *versus* outro aspecto.

Em relação às projeções mencionadas por V.Exa., evidentemente não podemos julgar todas as projeções feitas. V.Exa. há de considerar que fazemos as melhores projeções possíveis. Por exemplo, se olharmos a projeção de inflação definida pela meta, finalidade principal do Banco Central, veremos que de novo a inflação dos últimos 12 meses converge para as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional. Portanto, dentro de critério aceitável por padrões internacionais de fixação e de avaliação de metas.

No que se refere ao Colchão de Liquidez, evidentemente é a definição técnica do Tesouro Nacional, visando estabelecer qual a melhor política de administração da dívida.

Precisamos também tomar um pouquinho de cuidado para não transformarmos a prestação de contas do Banco Central em prestação de contas do Tesouro Nacional, até porque o Banco Central não está intitulado nem capacitado, certamente, para apresentar prestação de contas ao Tesouro Nacional.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, quero concluir não fazendo observações, mas apenas lembrando que em 2003 V.Sa. também escreveu carta ao Ministro da Fazenda. A meta era 8,5% e foi de 9,3%. Só para frisar que não foi apenas em 2002, mas também em 2003.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Se o Deputado me permitir voltar ao assunto, com o devido respeito, só escrevemos uma carta. Não foram duas, de novo. Foi uma só. Em janeiro de 2003 escrevemos uma carta justificando a perda da meta de 2002. Nessa carta, propusemos o ajuste da meta de 2003 de 4%; depois, de 3,75% para 8,5%. Portanto, essa meta foi resultado da inflação medida de 2003 em cerca de 9,3%. Essa foi a carta que explicou a meta.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

V.Exa. pode estar se referindo à carta de janeiro de 2004. Mas essa carta, desculpe, tinha caráter meramente formal, porque não foi escrita em razão da diferença de 9,3% para 8,5%. Ela foi escrita porque a meta formal ainda era de 4% e não tinha sido modificada. Caso tivesse sido modificada para 8,5%, Deputado, teria havido o intervalo de tolerância, e a inflação de 9,3% estaria dentro do intervalo de tolerância, o que significaria que a carta não teria sido necessária.

Por uma questão formal, repito: a carta explicava o fato de a inflação não ter sido dentro do intervalo de tolerância anterior. Isto é, 4% com 2,5%. Significa que ela foi acima de 6,5%. Ela simplesmente deu uma explicação na maior simplicidade. O Ministro tinha aceito, no ano anterior, a mudança da meta de 4%, com ajuste para 8,5%. Ela cumpriu meramente rito formal e foi enviada exatamente para cumprir determinação da lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tendo em vista que esta audiência pública é pertinente a várias Comissões da Casa, continuaremos agora o segundo grupo de inquirições. Assim, passo a Presidência ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado Nelson Bornier.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, os mercados se agitaram ontem em razão — e já vinham se agitando antes mesmo, e o Brasil se agitou mais ainda — de o Sr. Alan Greenspan sinalizar que haveria aumento dos juros nos Estados Unidos para desaquecer a economia americana. Gostaríamos de estar nessa situação.

Ora, façamos o inverso agora. Precisamos que nossos juros baixem para aquecer nossa economia. E o remédio que o Banco Central adotou para manter a moeda brasileira estável foi exatamente manter a política de juros altos, que promove, inicialmente, distorção, porque quando aumentamos os juros, queremos tirar recursos que estão no mercado, ou que estão na mão do público, no meio circulante, para desaquecer a economia.

O resultado é que no ano passado o Produto Interno Bruto foi zero — menos de zero um pouco, mas zero —, com lucros excepcionais para o sistema financeiro. O resultado mais dramático foi o crescimento do desemprego.

A distorção que aparece nesse remédio monetário é a seguinte: quando fazemos a redução dos juros, os preços administrados — por exemplo, água, luz, telefone — não sofrem influência dessa queda, e há queda, portanto, do produto. Isto significa que os preços administrados não sofrem influência do remédio que o Banco Central aplica.

Daqui a pouco, por exemplo, o salário mínimo não comportará as contas de água, luz, telefone, porque elas cresceram excepcionalmente, não acompanharam a inflação. Está ocorrendo uma distorção, parece-me.

Há outra distorção com a adoção desse remédio dos juros altos sobre os produtos oligopolizados, cimento, ferro, brita, que atinge, sobretudo, a construção civil, grande geradora de empregos. Os preços desses produtos são cartelizados mesmo — pedi até a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar a cartelização desses produtos —, porque cartel comanda os preços. Tanto é que um promotor já entrou com ação contra essas indústrias no CADE.

Parece-me que essas são as duas distorções. Há também os produtos monopolizados, como, por exemplo, o petróleo.

Esse é um remédio que não me parece o mais apropriado, sobretudo porque diminuiu o Produto Interno Bruto. V.Sa. sabe que o combate à inflação se faz estruturalmente com o crescimento da produção. É a relação produto e dinheiro na mão do público que dá estabilidade. Estruturalmente é o que gera a estabilização, isto é, 1 real contra 1 quilo. É isso que dá estabilidade. Mas o Produto Interno Bruto caiu. Esse remédio, parece-me, distorce nossa economia.

Veja, Sr. Presidente, caminhando para os exemplos dos países civilizados, temos os Estados Unidos com juros reais de 0,4%; Inglaterra, 2,6%; Japão, 0,2%, e Alemanha, 1,5%. Todos com crescimento do produto. Alguém pode dizer que esses são países desenvolvidos. Então, vamos para os países...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Deputado Félix Mendonça, concedo-lhe mais 1 minuto para que V.Exa. conclua seu pronunciamento, por favor.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Temos o México, com 3,2%; Chile, 2,6%; China, 0,7%; Brasil, 13%, mas sabemos que está em torno de 10%.

Aplicar apenas o remédio monetário dos juros é a visão distorcida do problema brasileiro, porque os resultados são dramáticos quando o Produto Interno Bruto cai a zero e há desemprego.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quando o operário não é chamado ao seu posto de trabalho, aumenta o déficit da Previdência. Enfim, há outras distorções quando o Produto Interno Bruto não cresce e queremos que cresça. Esse remédio tem de ser, pelo menos, dosado. Devemos caminhar para juros menores, de tal forma que aqueça a economia e corrija as distorções a que fiz referência. Pelo que vimos, todos os países estão com juros baixos.

Para concluir, farei uma analogia com a história do pai que vê o filho desfilando e diz: *“Todos estão com o passo errado. Meu filho está com o passo certo”*. Os países civilizados, com economias avançadas ou emergentes, estão com juros baixos e, no Brasil, temos juros estratosféricos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, Deputado Nelson Bornier, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, senhoras e senhores, meus cumprimentos.

Dr. Henrique Meirelles, reafirmo minha admiração por V.Sa., a forma como se posiciona à frente do Banco Central. V.Sa. tem honestidade de propósitos e tenta fazer o melhor possível. Entendo também que há muitas dificuldades. Quase tudo já foi dito nos brilhantes questionamentos e posicionamentos dos Srs. Deputados, que praticamente esvaziaram o rol de perguntas.

V.Sa. tem convicção, confia que essa é, efetivamente, a política monetária correta para o País? Não acha que estamos como o cachorro que corre atrás do rabo, o atleta que corre sobre uma esteira, sem sair do lugar?

Dr. Henrique Meirelles, na previsão do PPA e da LDO, estimava-se que a dívida líquida do setor público estaria em 69% do PIB. Tínhamos um PIB de 1 trilhão, 933 bilhões de reais e, para 2005, na LDO que está no Congresso Nacional, a relação dívida/PIB é da ordem de 57,9% para um PIB estimado, no ano que vem, em 1 trilhão, 814 bilhões de reais. Ou seja, trabalhamos em 2003 com a superestimação do PIB. Na realidade, o Governo vem fazendo reestimativas mais realistas. A dura política monetária que V.Sa. vem realizando à frente do Banco Central impossibilita o País de crescer. As pessoas têm de perceber o quanto é importante a política macroeconômica, porque é ela que determina a microeconômica, o preço do feijão, quanto o trabalhador vai pagar pelo arroz. Os brasileiros não sabem da importância da Presidência do Banco Central, do cargo que V.Sa. ocupa. É mais importante do que eles imaginam. V.Sa. é o responsável pelo controle da inflação em nosso País.

Estamos correndo sem sair do lugar. Lamentavelmente, os números que V.Sa. traz são promissores, mas alguém dos da Argentina, por exemplo, que deu o calote, disse que não pagaria a dívida, enfrentou o sistema financeiro internacional, e agora se recupera a taxas 3 vezes maiores que as estimadas para o Brasil este ano.

Já se falou do bom menino, que faz o dever de casa. Volto a perguntar a V.Sa. O ano de 2003 foi caracterizado pela bonança internacional. Os países desenvolvidos reduziram suas taxas de juros. O Brasil aproveitou para reduzir o perfil de sua dívida, indexada ao dólar. Poderia até ter avançado mais e aproveitado o momento. Como vai ser, agora que o Banco Federal Americano está prestes a aumentar a taxa de juros básica nos Estados Unidos? Será que, automaticamente, teremos de induzir o aumento do câmbio no Brasil, a taxa de juros, para que o mercado possa confiar no Governo? Continuaremos a fazer o jogo do capital, dessa roda, que só prejudica o crescimento do País?

Em março deste ano, o IBGE verificou aumento do desemprego na ordem de 12,8%, imediatamente abaixo do mais alto índice de desemprego do ano passado, de 13%. V.Sa. falou na recuperação do emprego. O Deputado Sérgio Miranda também se referiu a esse tema. Não quero tratar dessa questão, mas é fundamental que V.Sa. traga a esta Casa alguns números comparativos entre o crescimento da oferta de empregos e o desemprego em nosso País, o número de postos de trabalho que estão sendo desativados.

Gostaria que V.Sa. falasse de um tema extremamente caro. Primeiro, o lucro dos bancos, em 1999, foi da ordem de 18%. Em 2003, até setembro, estava na ordem de 38%. O *spread* bancário continua sendo um dos principais problemas para a oferta de crédito em nosso País. Gostaria de saber que medidas V.Sa. está tomando para reduzir esse *spread* de imediato, para que a população possa tentar buscar, no mercado financeiro, empréstimo para tentar reativar a economia do nosso País?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Com a palavra o Deputado Alberto Goldman, terceiro inscrito neste bloco.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, Srs. Presidentes das Comissões, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, V.Sa. está aqui por



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não é concessão do Executivo nem exigência do Legislativo. É uma decisão de lei.

V.Sa. nos traz um relatório. Quero, em primeiro lugar, ressaltar que observei nesse relatório que a base de referência muda de tabela para tabela. Em certos momentos, a base é janeiro de 2003, em outros é maio de 2003, ou junho de 2003 e até janeiro de 2002 ou janeiro de 2000. A impressão que se tem é que se procurou estabelecer tabelas e bases iniciais de comparação que dessem visibilidade de algo um pouco mais otimista e melhor. Pelo menos essa é a sensação que tiramos da visualização das tabelas.

Em segundo lugar, seria importante, uma vez que as tabelas foram apresentadas sobre várias questões macroeconômicas, que outras também fossem explicitadas, e não o foram. O encaminhamento da relação dívida/PIB seria fundamental aqui. O déficit nominal, que aumentou, em 2002, de 4,58% para 5,22%, em 2003, é um dado fundamental. Ainda assim, verificando as tabelas, o que se pode concluir é que existe certa perda de fôlego da política implementada pelo Governo Federal. Isso pode ser observado pelos gráficos apresentados.

Vê-se que o risco Brasil, por exemplo, cai até janeiro; a partir daí, tem certo crescimento, sem levar em conta os episódios de ontem, específicos da crise que elevou a 670 o risco Brasil — que, evidentemente, não consta desse gráfico.

Se verificarmos outro gráfico, o da Taxa de Juros de 360 dias, também vamos observar que houve queda até janeiro; a partir daí, não houve mais queda. Há até certa elevação da taxa de juros de 360 dias. Depois do final do ano passado não existe mais queda da taxa de juros, que é fundamental para a economia. É nela que se baseiam as empresas.

Na taxa de juro real, de 2003/2004, também se verifica que cai até dezembro de 2003, mas, a partir daí, se mantém, sobe e desce, sobe e desce e sobe. E se mantém absolutamente constante, em torno dos 9 a 10% de juros real. Portanto, mais uma demonstração de que perdeu fôlego.

Se verificarmos mais adiante a tabela das Vendas no Varejo, veremos que a comparação é feita entre fevereiro de 2004 e fevereiro de 2003. Do primeiro bimestre de 2004 para o primeiro bimestre de 2003, com crescimento até modesto, pegando-se, no momento, uma base muito baixa de vendas que foi o primeiro bimestre do ano passado.

Na tabela da Massa Salarial Real na Indústria também vai-se verificar crescimento a partir de junho. Tomando-se por base junho de 2003, com índice 100, há crescimento até novembro, depois há praticamente uma estagnação.

São alguns dos dados que anotei para, mesmo com os gráficos apresentados, concluir que esse modelo se esgotou. Ele serviu para enfrentar o período do processo eleitoral que culminou com a eleição de Lula, do projeto político histórico do PT, que, evidentemente, fez com que tivéssemos todos aqueles índices do segundo semestre de 2002, início de 2003, cumprimento dos contratos, tudo aquilo que levou à subida daqueles índices.

Se esse modelo serviu para evitar o pior e superar aquele momento do período eleitoral, não serve mais para enfrentar o futuro, conforme nos demonstram as tabelas apresentadas por V.Sa. A prova maior disso é o resultado social. Os dados da economia podem ser pesados, medidos e sentidos pelos resultados sociais, como o desemprego, o nível do salário médio, a capacidade aquisitiva da população e o próprio sentimento do povo.

Dados concretos mostram que o País enfrentou momento de dificuldade e não houve o desastre previsto por alguns. Não vou afirmar que o País vai bem, como na época da ditadura quando diziam que o País ia bem e o povo ia mal. O País pode ter superado momentos difíceis, mas não vai muito bem e o povo, sem dúvida, vai muito mal.

A minha conclusão é que esse modelo, se serviu para enfrentar determinado momento, não serve mais para pensar no futuro deste País.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Proponho à Mesa que faça blocos de 6 oradores ao invés de 4 em razão do relativo esvaziamento da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Discutimos isso neste exato momento.

Vamos ao quarto inscrito desse bloco, Deputado Ricardo Barros, e, depois, seguiremos a proposta de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Tem V.Exa. a palavra.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Peço autorização a V.Exa. e licença ao Presidente Henrique Meirelles para me ausentar, pois tenho reunião do partido para discutir a COFINS, que pretendemos votar hoje à tarde.

Peço desculpas por não estar presente no momento das respostas, mas as lerei posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - O último inscrito desse bloco é o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, digníssimo convidado, Presidente do Banco Central, temos sempre realizado debate muito rico nesta Comissão, que tem tido grande responsabilidade no acompanhamento e na solução das questões orçamentária e fiscal, que consideramos as mais importantes.

A explanação do Deputado Sérgio Miranda ensejou debate muito técnico, mas necessário; precisamos discutir efetivamente os custos. Percebi que sua exposição, Presidente Henrique Meirelles, foi de alto impacto ao ressaltar o lado positivo da ação do Banco Central. Isso é um bom remédio, como percebi, com bons efeitos, mas os efeitos colaterais não foram devidamente informados. E é justamente para esclarecê-los que devemos ampliar nossa discussão.

É como o encantador de serpentes, é uma atividade de alto risco. Se as notas forem harmônicas, você tem a serpente bela, bem posicionada, pronta para o ataque mas sob controle; mas qualquer desafinada a picada é fatal. Percebo que devemos discutir de forma mais adequada os efeitos colaterais, o custo fiscal e o impacto das ações do Banco Central, como informa a Lei de Responsabilidade Fiscal, já destacada pelos Deputados Pedro Novais e Sérgio Miranda.

Observo que os dados são positivos, embora alguns devam ser questionadas. Estamos com superávites excessivos que prejudicam o investimento interno e, conseqüentemente, a geração de emprego e o pagamento de impostos. Embora a voracidade do Governo tenha se manifestado de maneira muito acentuada, embora o compromisso de aumentar a carga fiscal, as ações práticas do Governo sejam todas no sentido de arrecadar mais, os valores arrecadados a mais não estão sendo devidamente aplicados para o desenvolvimento do País. Não estamos vendo isso ocorrer. Vemos um excessivo zelo, uma excessiva cautela, uma excessiva reserva, e os gastos não acontecem.

E não acontecem por duas razões básicas. Primeiro, porque realmente não há vontade política do Governo de investir agora; vai investir no ano seguinte para turbinar seus novos Prefeitos que apoiarão o partido do Governo nas eleições municipais; mas também porque o investimento que não está acontecendo gera esse excesso de confiança do mercado em nosso País. Deveria assim ser, embora nossa taxa de Risco ainda seja muito elevada e os juros muito altos. Com todo esse esforço de bilhões a mais de arrecadação e de reserva para pagamento de juros, poderíamos já estar numa situação mais confortável no que se refere à confiança do investidor.

Informo ao Sr. Presidente desta Comissão conjunta, Deputado Nelson Bornier, que estou apresentado à Mesa o seguinte requerimento:

“Considerando o que dispõe no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz com clareza: ‘O Banco Central apresentará, em reunião conjunta das Comissões Temáticas pertinentes ao Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetárias, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal (...)’”.

Essa parte está faltando na exposição. Então, peço neste requerimento que seja agendada nova reunião das Comissões Temáticas para que se cumpra o determinado na Lei de Responsabilidade Fiscal, no sentido de que possamos vir aqui receber a exposição necessária, ou seja, o que o Governo está fazendo e quanto isso custa para o País, qual o impacto. Isso é importante. É claro que há medidas muito boas, mas e o desemprego e o custo dessas operações?

Gostaria muito de que cumpríssemos a lei. Louvo o Presidente Henrique Meirelles, que foi um grande vendedor, vendeu nesta Comissão, de forma bastante boa, a ação do Governo Lula. Comparou dados anteriores de nossa política, mas, evidentemente, não se mudou muita coisa. Percebe-se que o susto da eleição de Lula e a expectativa de que fosse cumprir o que dizia, e não o que mercado mandava, é que provocou aquele impacto no fim de 2002. Mas fora o susto provocado pela eleição do Presidente Lula, nada mais mudou. Estamos ainda naquela política do Ministro Pedro Malan, do controle monetário, do aperto fiscal, do controle da moeda, da estabilidade, que geraria condições para o crescimento.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Presidente, não quero fazer indagações ao Presidente do Banco Central, porque ele já foi questionado por vários companheiros, e as perguntas que eu teria a fazer acabaram sendo, de alguma forma, respondidas. Gostaria que o V.Exa. colocasse nosso requerimento em apreciação.

Efetivamente, precisamos debater a questão e não apenas discutir o remédio e seus efeitos, mas também os efeitos colaterais que são muito graves. O índice de desemprego está muito alto; temos recessão efetiva no País; não há investimentos externos; os investidores externos não acreditam no modelo para o setor elétrico da Ministra Dilma Rousseff, não acreditam na forma do nosso marco regulatório; o Governo faz questão de diminuir o poder dos agentes reguladores e, ao mesmo tempo, convida os empresários para a parceria público-privada, ou seja, ser nosso sócio. Só que, se houver algum problema, quem vai resolvê-lo somos nós mesmos. Ninguém vai aceitar sociedade nessas condições.

Tecnicamente falando, temos de refazer a audiência, porque deste início correto, ou seja, da exposição dos resultados, dos custos e efeitos, enfim, a partir desses resultados é que poderemos fazer um bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Encerrado esse bloco, quero dizer ao Deputado Ricardo Barros que estou de pleno acordo no que diz respeito ao § 5º do art. 9º da Lei Complementar. Estou passando seu requerimento à Secretaria da Comissão para protocolar e, conseqüentemente, colocar na pauta da próxima reunião da Comissão.

Concedo a palavra ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Em primeiro lugar, vamos responder ao Deputado Félix Mendonça. S.Exa. se refere ao porquê do aumento de juros nos Estados Unidos. O possível aumento dos juros nos Estados Unidos decorre de diversos fatores e fere o atual aumento das taxas de juros dos títulos americanos, que diz respeito a um possível aumento das taxas do FED, taxa base. E esse possível aumento da taxa do FED diz respeito ao aquecimento da economia americana e à possível subida da inflação, em razão exatamente do crescimento da economia que atinge patamares importantes. É isso que a autoridade monetária americana tem sinalizado.

Em relação à manutenção da política de juros altos no Brasil, quero enfatizar, mais uma vez, inclusive isso é objeto também de outras perguntas, que as taxas de juros no Brasil têm caído nos últimos meses, inclusive nos últimos anos. Mostrei que partiu de um patamar de juros reais de cerca de 20%, entre 1997, 1998 e 2000, e está caindo para patamares abaixo de 10%. Portanto, existe queda gradual da taxa de juros no passado e no presente. Isso é uma evolução da situação atual do Brasil.

Todos desejamos uma taxa de juros no futuro mais baixa, mas de novo isso tem de se adequar às condições do País. As taxas de juros do mercado, principalmente, não são definidas pelo Banco Central, são definidas pelas condições. Houve momentos no passado que tivemos taxas de juros base parecidas ou similares às atuais e taxa de juros de mercado muito maior que a taxa de juros que de fato influencia a atividade econômica.

Em resumo, a melhora dos fundamentos do Brasil, a melhora da credibilidade, a melhora das contas públicas, tudo isso é que vai levar, ao longo do tempo, à diminuição gradual da taxa de juros.

Em relação à inflação, quero dizer que já houve no passado momentos em que a inflação foi muito alta e o crescimento foi muito baixo ou negativo. É importante que separemos taxa de juros, inflação e crescimento. Já mostrei que a taxa de juros pode cair em razão da melhora dos fundamentos da economia, da melhora da credibilidade. Agora, inflação alta não leva a crescimento. O Deputado deve considerar que se inflação alta levasse ao crescimento, o Brasil seria hoje um dos países mais ricos do mundo, à medida que tivemos taxas de inflação bastante elevadas no passado.

Em relação ao Produto Interno Bruto, Deputado, estamos todos trabalhando para o mesmo crescer. Nossa finalidade é essa. E é exatamente por isso que a estabilidade de preços é fundamental. É importante que, com estabilidade de preços, o País possa crescer de forma sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Com a palavra o Deputado Félix Mendonça, para a réplica.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Questionei também com relação aos preços administrados — água, luz, telefone —, que não sofrem influência dos juros, porque estão atrelados a contratos e não apenas à oscilação dos juros, que são altos exatamente para manter a inflação baixa. Mas esses preços não sofrem influência, não são comprimíveis em razão de contratos anteriores. Citei, inclusive, os produtos oligopolizados — cimento, ferro, brita —, que influenciam na



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

construção civil, grande gerador de empregos. Citei o petróleo, que também não está indexado e não tem nenhuma influência nessa política monetária dos juros altos.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Em relação ao meu próximo ponto, os preços administrados, menciono que eles evoluem segundo diversos critérios. Aqueles aos quais o senhor se refere, que são administrados por contratos, muitos deles têm contratos baseados em índices de inflação. Portanto, têm influência indireta na política monetária, na medida em que a inflação, que regula esses contratos, tem, certamente, influência na política monetária.

Em relação aos oligopólios — evidentemente extrapola a ação do Banco Central —, é uma questão do CADE verificar que a competição seja aplicada de forma mais eficiente no Brasil.

A experiência diz que a política monetária é hoje aplicada de forma mais eficaz quando usa a taxa de juros como instrumento de política monetária básica do Banco Central. Em resumo, outras formas de aplicação de política monetária, como a fixação de taxa de câmbio ou controle de agregados monetários no passado, já foram abandonadas porque não se mostraram eficientes. E hoje o sistema de metas de inflação é o mais moderno e mais eficaz no mundo, e o Brasil tem sido conhecido pela aplicação eficiente e com sucesso desse método.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Fico na esperança de que o Produto Interno Bruto cresça, que a inflação caia mais e os juros também caiam.

Muito obrigado.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Deputado, estamos todos com essa esperança e com esse objetivo. Essa é a nossa finalidade, posso lhe assegurar.

Deputado Pauderney Avelino, em primeiro lugar, concordo com sua definição de que as perguntas e declarações dos demais Deputados foram brilhantes. V.Exa. tem preocupações muito importantes, a exemplo daquela no sentido de que todos nós, no Brasil, estamos muito ansiosos para crescer mais, muito ansiosos, usando sua expressão, para sair do lugar. Queremos, de fato, progredir. Portanto, digo a V.Exa. que temos essa preocupação, essa ansiedade e sabemos que o Brasil precisa sair da situação pela qual passou nas últimas décadas.

A experiência mostra que o sistema de arrancadas e freadas por que o Brasil passou nas últimas décadas não levou a um crescimento médio aceitável, tanto que é objeto da nossa preocupação. Portanto, a finalidade da nossa política hoje é exatamente criar condições para o crescimento sustentado. E isso será medido no devido tempo pelos diversos índices econômicos, seja o índice de crescimento, certamente, seja o índice de inflação, os indicadores externos, de exportação, por exemplo, os indicadores da dívida pública etc. Esses indicadores que nos levam a concluir, depois de certo tempo, se estamos caminhando, se estamos saindo do lugar ou não.

E o que procurei mostrar foi exatamente que estamos progredindo, sim, diversos indicadores caminham nessa direção. Várias perguntas endereçaram pontos similares. Vou mostrar novamente alguns dos índices referentes, por exemplo, à massa salarial real na indústria, como está evoluindo, a criação de empregos, além do Produto Interno Bruto.

Em resumo, a economia, na nossa avaliação, caminha na direção correta, o País começa a se mover, a sair do lugar, realmente, e os diversos indicadores mostram exatamente isso.

Assim como V.Exa., estamos muito preocupados como vamos fazer para ter certeza de que não é um movimento fugaz, de arrancada e freada. Como vamos continuar a crescer, ano após ano, de maneira que daqui a algum tempo possamos olhar para trás e dizer: Foi feita uma diferença no Brasil. Essa é exatamente a finalidade principal da nossa política econômica.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Permita-me, por favor, quero aditar meu questionamento a V.Exa., dizendo o seguinte: em razão dessa política que temos hoje no País, que deveria, a meu ver, ser de desamarração do desenvolvimento, perdemos posições no *ranking* internacional das economias. Hoje somos a décima quinta; éramos, há 2 ou 3 anos, a oitava economia do mundo. E no ritmo que vamos, provavelmente deveremos cair este ano, em razão da desvalorização cambial, do não-crescimento do nosso produto interno, 1 ou 2 posições. Lamentavelmente, esta é a constatação que fazemos. É nisso que centro meu questionamento e gostaria que V.Exa., os seus diretores e o Conselho Monetário Nacional levassem em consideração que há vida inteligente além dessas propostas que temos aí.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Certamente, Deputado, tenho absoluta concordância com a sua preocupação e com o seu sentimento em relação às perdas de posição do Brasil. Não discordamos em relação a isso. O que é importante mencionar é qual o caminho para sairmos dessa situação.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No Brasil, já tentamos muita coisa. Eu não diria que tentamos de tudo, porque talvez possa haver alguma coisa que não foi feita, mas já tentamos congelamento de preços, moratória externa, confisco de poupança, uma série de coisas que, de fato, não deram certo.

Menciono que estamos criando as condições para que possamos recuperar essas posições. Por isso mostrei com tanta clareza a melhora dos fundamentos básicos da economia brasileira. Com a melhora dos fundamentos da economia, com a melhora, inclusive, dos ritmos de atividade, como mostrei, aí, sim, vamos, com o tempo, com a estabilidade monetária, com a disciplina fiscal, com inversão da trajetória da dívida, com maior eficiência, portanto, em consequência, da economia brasileira, vamos ter, com o tempo, aumento do crescimento potencial da economia brasileira e vamos crescer de forma que se reflita favoravelmente não só para a população brasileira, mas em comparação com os demais países.

Por exemplo, V.Exa. mencionou alguns números de queda de juros em outros países, dizendo que o ano passado foi um ano em que os juros caíram. Não necessariamente no ano passado, mas houve um período de juros baixos. Eu gostaria de dizer, como mostramos aqui, que a taxa de juros caiu substancialmente no Brasil nos últimos 14 meses. Quando assumimos, a taxa de juros do mercado estava acima de 30% ao ano. Hoje, a taxa de 12 meses está abaixo de 16% ao ano. Portanto, houve queda importante das taxas de juros no Brasil. E a taxa de juros real hoje, essa taxa de juro do mercado de 12 meses, descontada pela inflação prevista nos próximos meses, de novo, é a mais baixa desde a inserção do Plano Real; agora, de novo, dentro das condições de responsabilidade, dentro das condições de absoluta e estrita aderência do Banco Central à sua responsabilidade principal que é trazer a inflação para a trajetória de metas de forma consistente.

É muito importante, nobre Deputado, olharmos para o passado e ver que a alta inflação, em nosso País, não gerou crescimento. Diria que em país nenhum gerou crescimento. O melhor que pode fazer o Banco Central para o País é manter a estabilidade de preços, definidos pelo Conselho Monetário Nacional, dentro do regime de metas. Isso, sim, dará oportunidade de o País crescer.

Se inflação gerasse crescimento, repito, o Brasil já teria resultado muito diferente diante da nossa história. É muito importante fixar esse ponto. Em relação a isso diria que não é resultado desta política o fato de o Brasil enfrentar dificuldades hoje. O Brasil teve uma política, de fato, bastante diversificada nos últimos 20 anos, que levou a esse resultado que temos.

Respondendo à sua pergunta, acreditamos, sim, que essa seja a política adequada para o Brasil, acreditamos, sim, que o País tem de crescer baseado em regime de disciplina fiscal, porque o crescimento da dívida vai levar somente ao crescimento dos juros, de custos e maiores problemas. Portanto, o País tem de ter, sim, um regime de disciplina fiscal, caso contrário não conseguiremos crescer, não vamos ter disponibilidade de recursos para investir, porque a dívida pública, cada vez mais, absorveria parcelas substanciais da poupança nacional. Em segundo lugar, sim, o regime de estabilidade de preços é o regime mais eficaz para que possamos crescer.

Além do mais, V.Exa. referiu-se ao aumento do desemprego. Talvez possa voltar com algumas transparências que fizemos, que mostram alguns exemplos importantes. Vou mostrar que o índice de emprego formal, que estava pouco acima de 100, em junho de 2003, agora, em fevereiro de 2004, está acima de 102. O índice de emprego formal reflete exatamente um indicador social, conforme demandado por S.Exa. O Brasil está com aumento no índice de emprego formal.

Existe uma dúvida absolutamente legítima no seguinte aspecto: mas o desemprego aumentou? Perfeitamente. Primeiro, por um fator sazonal, no início do ano. Segundo, é importante definir como são medidos esses aspectos. Quer dizer, é possível ter aumento do emprego formal e, ao mesmo tempo, aumento do desemprego? Certamente, é possível. Está ocorrendo. De que forma? A população economicamente ativa cresceu de forma importante no último trimestre. Por que isso? Porque número maior de pessoas procura mercado de trabalho. Número de pessoas superior àquele que estaria procurando mercado de trabalho em razão do crescimento populacional e das pessoas em idade economicamente ativa.

Portanto, o que existe é esperança maior da população, de um lado, de que a economia está retomando seu crescimento e, em consequência, mais pessoas procuram mercado de trabalho, o que leva a esse fenômeno. Mas o importante, isso sim, é o aumento do índice de emprego formal. E isso está ocorrendo claramente neste momento.

Se verificarmos a massa salarial na indústria, por exemplo, veremos que cresceu de forma importante em novembro. Houve pequena queda em janeiro e voltou a crescer em fevereiro. Em resumo, houve aumento da disponibilidade de salários pagos aos trabalhadores.

Em sua última pergunta, S.Exa. questiona sobre as medidas referentes ao *spread* bancário. O *spread* bancário é o resultado de uma série de fatores e começa, por exemplo, com a competição.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nesta Casa, está em andamento um projeto que define muito bem as responsabilidades do CADE e do Banco Central na implementação de maior concorrência no sistema. Se aprovado, será relevante instrumento para dar maior transparência e competitividade cada vez maior ao sistema financeiro com o *spread* bancário cada vez menor.

Existem outras questões importantes referentes, por exemplo, à possibilidade de perdas de crédito.

É fundamental a discussão, que também se realiza nesta Casa, em relação à lei de concordata e falência.

Na parte de risco, está em andamento no Banco Central um projeto de implementação de uma central de risco, que vai permitir, no futuro — estamos trabalhando nisso juntamente com a Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça —, a portabilidade do cadastro, a portabilidade do histórico de crédito. Tal medida vai permitir que as pessoas transfiram facilmente suas contas de um banco para outro, o que propiciará maior poder de negociação ao consumidor.

Em relação à concorrência, existe ainda a aprovação de novas instituições: as cooperativas de crédito. É algo novo, já aprovado por este Governo, que também vai permitir maior competição.

Em resumo, podemos ter uma discussão específica sobre esse aspecto, porque sei que há diversas outras perguntas, mas apenas gostaria de dizer que se está trabalhando muito nessa área.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Desejo que V.Exa. me responda sobre o *spread* bancário, que tanto interessa a esta Casa.

O Deputado Nelson Bornier, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, criou uma Subcomissão Especial para tratar dessa questão e dar continuidade àquela outra Subcomissão que já existia, exatamente para que possamos trabalhar na redução do *spread* bancário. O assunto preocupa o nobre Deputado Gonzaga Mota.

Indaguei a V.Sa. como o Banco Central brasileiro vai reagir com o eventual aumento da taxa dos juros nos Estados Unidos, mas V.Sa. ainda não tocou no assunto.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Pois não.

Certamente, o Banco Central do Brasil leva o cenário externo em consideração, mas ele tem um modelo de atuação que leva em conta grande número de fatores, que têm impacto na economia brasileira, e mensalmente toma decisões baseado nesse modelo de análise, em que fatores externos são um dos componentes, mas não necessariamente o componente preponderante.

Em resumo, o Banco Central tem um sistema de metas e o objetivo de perseguir a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional, e faz sua política monetária tendo em vista essa meta. Portanto, não existe uma resposta padrão: se o FED americano fizer isso, o Banco Central do Brasil vai fazer aquilo. De um lado, não existe correlação de causa e efeito nesse aspecto. De outro, é importante mencionar que esse movimento nos Estados Unidos é preanunciado há bastante tempo; é conhecido e esperado.

Portanto, os mercados estão reagindo de maneira bastante clara em relação a isso, de modo que o grande objetivo declarado pelo Banco Central americano é que esse movimento esteja refletido nos preços, quando ele ocorrer de fato. Se eles vão ter sucesso nisso ou não, só a história dirá. O fato concreto é que esse e uma série de outros fatores são observados pelo Banco Central do Brasil.

Não existe uma resposta específica para sua pergunta.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Não preocupa o Banco Central brasileiro esse eventual aumento dos juros nos Estados Unidos?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - O Banco Central do Brasil se preocupa com todos os fatores, não só com a taxa de juros do Banco Central americano. Nós nos reunimos 2 dias por mês no Comitê de Política Monetária e nos preocupamos intensamente — posso lhe afirmar, Sr. Deputado — com todos os fatores que afetam a economia brasileira, inclusive esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - V.Sa. pode dar continuidade à pergunta do Deputado Alberto Goldman.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Vamos passar à pergunta do Deputado Alberto Goldman.

Em primeiro lugar, quanto ao fato de a base de referência algumas vezes ser em maio, em junho, em julho etc.

Quando se está demonstrando um fenômeno, é importante explicitar os dados que melhor o caracterizem.

Dito isso, deixamos muito claro que, no primeiro e no segundo trimestres de 2003, houve contração de produto e diversos indicadores. Procuramos demonstrar claramente a evolução dos índices dos indicadores econômicos a partir daquele momento, isto é, a partir do terceiro trimestre do ano passado.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há uma pergunta do Deputado sobre a dívida pública líquida sobre o produto.

Desejamos mencionar que ela passou de 58,7%, em dezembro de 2003, para 57,4%, em março de 2004. A projeção de dezembro de 2004, com o parâmetro de mercado, é de 57,5%.

O Deputado também mencionou o déficit nominal e perguntou sobre sua evolução.

O déficit nominal, em 12 meses, caiu de 6,38% do Produto Interno Bruto, em setembro de 2003, para 4,4%, em março de 2004. A projeção de dezembro de 2004 é que chegue a 2,9%. Em resumo, estamos calculando o déficit nominal nos últimos 12 meses, dando, portanto, os 12 meses encerrados nesses diversos momentos.

O Deputado Alberto Goldman salientou que a economia estaria perdendo o fôlego e citou vários índices, que mostraram continuada melhora depois de certo momento.

Na atividade econômica, em nenhum lugar do mundo, não há evoluções lineares, quer dizer, uma reta que siga sempre a mesma direção. É normal, na atividade econômica, períodos de maior aceleração, períodos de correção, períodos de arrefecimento.

Em homenagem ao Deputado Alberto Goldman, vou mostrar novamente a evolução do emprego industrial em São Paulo, Estado de origem de S.Exa.

O gráfico mostra claramente que continua a haver evolução, que se iniciou a partir de setembro de 2003, e crescimento continuado não só até novembro e dezembro, como mencionado pelo Deputado, mas claramente com evolução extremamente favorável também em janeiro e fevereiro.

Nessa projeção há claramente uma evolução do emprego industrial em São Paulo.

Portanto, gostaríamos de tranquilizar o Deputado Alberto Goldman, no sentido de que, na avaliação do Banco Central, este modelo não perdeu o fôlego. Ele continua firme, continua dando resultados, e a economia continua em processo de recuperação.

Passo à pergunta do Deputado Ricardo Barros, referente ao custo da política monetária, do ponto de vista fiscal e de geração de emprego. S.Exa. nos solicita resposta clara. Do ponto de vista fiscal, inclusive com a inflação cadente no Brasil, a dívida nominal cresce, evidentemente, além de o Brasil ainda ter déficit nominal.

Dito isso, do nosso ponto de vista, é importante a adoção de medidas relativas à dívida e, portanto, ao custo fiscal. Nesse aspecto, novamente o déficit nominal de 12 meses caiu de 6,38% do PIB medido em setembro de 2003 — 12 meses antes — para 4,4%, medido em março de 2004, com projeção para dezembro de 2004 de 2,9% do PIB. Este quadro mostra que o custo fiscal dessa política tem tido encaminhamento favorável.

Se observarmos o custo fiscal do ponto de vista da dívida pública sobre o produto, veremos que o mesmo ocorre: ela passou de 58,7%, em dezembro de 2003, para 57,4%, em março de 2004, e mantém projeção de relativa estabilidade até o fim do ano. Esse dado refere-se ao custo fiscal da política implementada.

Em relação ao emprego, enfatizamos que há evolução. Este gráfico apresenta a massa salarial real na indústria, como projetada a partir de junho do ano passado; o emprego industrial em São Paulo, por exemplo; e o índice de emprego formal no País, segundo o Ministério do Trabalho. Portanto, existe também essa medida, resultado da política implementada.

Quanto aos efeitos colaterais dessa política, acredito que já foram devidamente endereçados, pois a maior preocupação, e com muita razão, é a implementação de uma política de desinflação, que visa a estabilizar a economia, o que em alguns momentos pode gerar custos do ponto de vista de geração de emprego e crescimento econômico. Mas acabamos de endereçar a evolução desses indicadores a partir do momento em que o Brasil saiu da crise que se estabeleceu em 2002.

Quanto ao efeito colateral da recessão efetiva, com o devido respeito a S.Exa., nossos indicadores não mostram que o Brasil está em recessão, definida por queda do Produto Interno Bruto. Os indicadores dos últimos 2 trimestres apontam modesto crescimento no terceiro trimestre e importante crescimento no último trimestre do ano passado. Ainda não temos dados referentes ao primeiro trimestre deste ano.

Em relação à falta de investimento externo e ao marco regulatório, independentemente do grande esforço que está sendo feito, evidentemente não cabe à política monetária influenciar nas questões referentes à sua regulação.

Mostramos que existe recuperação do investimento externo, que atingiu patamares mínimos de cerca de 300 ou 400 milhões de dólares/mês, no meio do ano de 2003. No final de 2003 estava em patamares mais elevados e atingiu o total de 10 bilhões de dólares. A previsão para 2004 é de 13 bilhões de dólares.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esses patamares são menores do que os do final da década de 90. Mas é importante observar que aqueles números foram altamente influenciados pelo processo de privatização. Portanto, na inversão de máquinas e equipamentos não há queda tão importante. Temos visto uma margem de recuperação importante do fluxo de investimento externo.

Destaco que o fluxo de investimento externo também é muito influenciado pelas condições gerais da economia mundial, mas no País a tendência é positiva.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, desejo fazer uma réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Agradeço ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, a excelente explanação.

Quanto aos dados fornecidos relativamente ao aumento da dívida nominal, temos informações concretas que não constam desses gráficos. Por isso, quando peço nova agenda para discutirmos este assunto, é para que os pontos positivos e negativos sejam igualmente apresentados e possamos debatê-los.

Agradeço a V.Sa. a tão esclarecedora exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) - Obrigado, Deputado Ricardo Barros.

Sr. Presidente do Banco Central, ainda há 11 oradores inscritos. Atendendo à sugestão do nobre Deputado Claudio Cajado, chamarei 6 e posteriormente 5, a fim de que todos se pronunciem.

Citarei os nomes do 6 Deputados, pela ordem: Osório Adriano, Fernando Coruja, Claudio Cajado, Colbert Martins, Carlito Meress e Osvaldo Coelho.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Osório Adriano.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO - Sr. Presidente, não quero cansar o palestrante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) - A pergunta de V.Exa. é sempre bem-vinda.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO - Quero fazer duas afirmativas.

Ao iniciar sua palestra, o Sr. Presidente do Banco Central referiu-se à reconquista da confiança. Na realidade, o gráfico da página 7 é bem claro: havia desconfiança em relação a quem seria eleito; e, em novembro de 2002, o resultado da eleição elevou a taxa da inflação. Posteriormente, verificou-se que a situação poderia não ser tão grave, e a indicação de V.Sa. para o Banco Central é um dos exemplos. Fora disso, a inflação segue a tendência do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Por gentileza, eu gostaria de ver o gráfico sobre o índice de emprego formal. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, esse gráfico bem denota o crescimento do emprego formal. No entanto, existem outros fatores que influenciam muito.

Militei na área empresarial por mais de 40 anos. Posteriormente, vim exercer meu mandato na Câmara dos Deputados e meus filhos assumiram os negócios. Isso não significa número de empregos inteiramente, mas é claro que existe e muito. Na área rural, por exemplo, há poucos anos não existiam empregados formais. Atualmente, V.Sa. pode notar, principalmente em áreas próximas às cidades, que os fazendeiros estão usando o emprego formal, em função de uma série de fatores: queixas trabalhistas, evolução da educação do povo e das necessidades. E hoje tudo está muito difícil para o trabalhador. Então, ele usa o emprego formal, ele exige que sua carteira seja assinada. Esse índice de emprego formal não representa bem a realidade do aumento de empregos no País. O desemprego é cada vez maior. Os números aí estão.

V.Sa. também mencionou o superávit primário das contas públicas. Ora, Sr. Presidente, esse superávit primário é alcançado em detrimento do crescimento econômico. O País não o agüenta mais. Tudo o que as empresas produzem retorna ao Governo em impostos, e eles estão crescendo. Não sei até quando o País vai agüentar essa situação, que não vejo com bons olhos.

A imprensa de hoje mostra — há até uma fotografia de V.Sa. estampada em um dos jornais — nossa debilidade econômica. Basta um sopro no resto do mundo, e a economia brasileira é afetada de maneira grave. Veja, Sr. Presidente, o que dizem as 3 primeiras linhas desta matéria do *Estadão*: “*Cenário externo derruba negócios locais. O cenário internacional deu o tom dos negócios no mercado financeiro e derrubou os principais ativos dos países emergentes, especialmente do Brasil*”.

Embora V.Sa. queira nos tranquilizar com as declarações dadas a esse jornal, não consigo sentir a tranquilidade, porque estou nesse meio e sinto que as coisas não correm de acordo com o que desejamos. As empresas não estão mais suportando a carga fiscal. O povo não compra, e não é por causa de juros alto, não, é porque simplesmente não tem dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) - Obrigado, Deputado Osório Adriano.

Tem a palavra o Deputado Fernando Coruja.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente da Comissão, Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Diretores do Banco Central, Sras. e Srs. Parlamentares, ao longo dos anos do Governo Fernando Henrique, estive nesta Comissão sempre contestando o Ministro Malan, o Presidente Arminio Fraga, enfim, o modelo econômico então adotado. Hoje, sou Deputado da Situação.

Naquelas oportunidades, propúnhamos novo modelo, que seguisse outra lógica, talvez a lógica do modelo americano, com a contraposição de modelo cíclico e anticíclico, segundo o qual, quando há recessão, se baixam os juros, aumenta-se o gasto público, diminuem-se os tributos.

Vencemos as eleições, mas continuamos com o modelo antigo. Existe uma justificativa para tanto, e estou tentando me convencer de que é preciso fazer o que está sendo feito porque vou continuar defendendo o nosso Governo. Mas é evidente que ficamos inquietos e preocupados com o que está acontecendo.

Na época, ao analisarmos os números, questionávamos o Ministro Malan e o Presidente Arminio Fraga, porque sempre havia uma projeção para o ano seguinte, mas, ao final de cada ano, a projeção nunca era alcançada. Essa foi a tônica daquele período.

Estamos hoje vivendo uma situação que foi muito bem apresentada pelo Presidente Henrique Meirelles. Talvez tenhamos as dificuldades agravadas em virtude, na minha pequena compreensão, dos anos Fernando Henrique, do crescimento da dívida interna, da política que gerou a atual situação.

Quero fazer apenas uma observação, Sr. Presidente. Estou muito preocupado com o mundo, em especial com o Brasil. A crise social é muito grande, e há importantes sinais na sociedade que precisam ser analisados, como a violência na Rocinha, no Rio de Janeiro, a morte de garimpeiros, o assassinato em presídios. Estamos vivendo uma convulsão social. No Peru, o povo, revoltando, matou um Prefeito e Vereadores. Começamos a lembrar a Revolução Francesa. Daqui há pouco o povo vai invadir o Parlamento. Estou até com medo de andar por aí.

O mundo atual é o mundo do sistema financeiro, que me parece distante do mundo real. Tivemos momentos de inflação alta, e o Brasil não cresceu, mas também já tivemos, ao longo da nossa história, momentos muito melhores.

Precisamos prestar atenção nos sinais, porque o modelo financeiro hegemônico no mundo está criando um *apartheid* violento. Não me refiro apenas à política econômica, à argumentação do Banco Central e do Ministério da Fazenda sobre o caminho que estamos seguindo. Vou votar a favor do salário mínimo que vier, porque não adianta concordar com o modelo e discordar das decisões. É preciso que haja sintonia. Então, vamos fazer um sacrifício e aprovar o que for preciso, para que a política do Governo funcione. Não sou eu quem a define, mas sou da base de sustentação do Governo e vou apoiá-lo.

Nossa preocupação é com a sociedade. O povo brasileiro daqui a pouco não agüenta e faz aqui o que a população fez com aquele Prefeito peruano. A esperança era grande, mas a situação está se agravando. O *apartheid* social é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) - Obrigado, Deputado.

O próximo inscrito é o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Saúdo V.Exa., Deputado Gonzaga Mota, o Presidente Henrique Meirelles, os demais componentes da Mesa e os companheiros presentes.

Sr. Presidente Henrique Meirelles, minha formação acadêmica é de bacharel em Direito. Não entendo muito de economia, mas, quando discutimos e votamos nesta Casa a LRF, queríamos justamente que a sociedade pudesse debater com seus representantes, e não apenas com os técnicos da área, as políticas econômicas do País.

Quero, em primeiro lugar, Sr. Presidente, elogiar sua postura elegante e respeitosa para com todos nós. Não tome o que vou dizer como uma crítica pessoal. Pelo contrário. Convivo diretamente com os Municípios que honrosamente represento e aqui exerço a função de fiscalizar e de legislar. Quero discutir algumas questões não apenas do ponto de vista técnico, mas principalmente do ponto de vista político.

Sou oriundo do Estado da Bahia, da Região Metropolitana de Salvador. Vi ontem, estampado em todas as manchetes da mídia nacional e do meu Estado, que Salvador, Capital da Bahia, tem o maior índice de desemprego do Brasil, e em sua explanação V.Sa. disse que há um índice de emprego formal decrescente. Ora, então a realidade exposta por V.Sa. não é compatível com a dos Municípios baianos que represento nesta Casa.

A política conduzida pelo Banco Central tem um objetivo, mas, ao nos depararmos com a anunciada crescente confiança empresarial — há índices para comprovar esse sentimento —, não



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sabemos se aí estão a convicção do Deputado Osório Adriano ou as críticas do Vice-Presidente da República, José Alencar, que, desde o primeiro dia de seu mandato, implora pela redução das elevadas taxas de juros praticada no Brasil. Por outro lado, percebemos que o que as pessoas desejam é que os juros decresçam, como está ocorrendo. O problema está na dosagem, na velocidade do processo de redução. Será que os efeitos colaterais dessa política monetária, Sr. Presidente, não estão causando aumento da pobreza? Eu afirmo que sim.

Está aqui o Senador Eduardo Suplicy. Travamos no passado árdua luta para conseguir aprovar o Fundo de Combate à Pobreza e Erradicação da Miséria. Visitamos vários bolsões de miséria no País e constatamos que eles aumentaram. Os programas de transferência de renda têm caráter paliativo. O Brasil atravessa, sim, uma crise sem precedentes. Se não tivéssemos este clima tropical, futebol, praias e cachaça barata, o povo já estaria nas ruas, fazendo uma revolução que tornaria fichinha o golpe de 64 e suas conseqüências. Ninguém agüenta mais a atual situação.

Depois de ouvir tantas fábulas e parábolas, quero também apresentar uma. Desejando desafiar a inteligência de um sábio, um garoto levou nas mãos um passarinho e perguntou-lhe se o passarinho que levava nas mãos estava vivo ou morto. Se o sábio dissesse que o passarinho estava morto, ele abriria as mãos e o deixaria voar. Se dissesse que estava vivo, ele o apertaria nas mãos até matá-lo, e mostraria ao sábio o seu engano. Chegando ao sábio, perguntou-lhe: *“Sábio, trago em minhas mãos um passarinho e quero que o senhor diga se ele está vivo ou morto”*. O sábio respondeu-lhe: *“Meu filho, a decisão sobre a vida ou morte do passarinho está nas suas mãos”*.

Sr. Presidente, quero fazer uma analogia entre essa fábula e a situação brasileira. A decisão de diminuir a excessiva dosagem imposta ao Brasil e ao povo brasileiro está em suas mãos, e o excesso está causando enorme sofrimento à nossa gente.

O Presidente Lula foi eleito para mudar, mas não para fazer aquela mudança irresponsável, tão propagandeada no passado. V.Sa. está no Banco Central para fazer uma mudança positiva — mudança que não daria certo se não estivesse V.Sa. no comando daquela instituição —, mas a dosagem está alta demais.

O desejo do povo brasileiro é o de que haja responsabilidade nas ações. Para reflexão de todos e enriquecimento do debate, quero dizer que podemos, sim, continuar sendo responsáveis, mas precisamos acertar a dosagem das nossas decisões.

Não podemos mais esperar, Sr. Presidente. O desemprego, a pobreza e a miséria estão aumentando no País. O desemprego no interior e nos grandes centros, associado à falta de uma política macroeconômica que estimule investimentos no Brasil, principalmente no setor público, mostra que não está tudo bem. Sei que V.Sa. viaja muito, mas não sei se trafega pelas estradas brasileiras. Quando as percorremos, vemos claramente a falta de manutenção e conservação.

Fico intrigado, porque parece que não há nada errado. Será que a política do Banco Central e do Ministério da Fazenda não contém nenhum erro? Podemos considerar que todos esses índices estão corretos? Será que alguns de nós estão errados?

Sr. Presidente, peço a V.Sa. que faça essa reflexão e ouça o que nós, Deputados, apresentamos como críticas construtivas, pelo bem do País e de todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, quero dar uma sugestão para o bom andamento da continuidade dos trabalhos. Não temos muito tempo e restam poucos inscritos. V.Exa. poderia conceder a palavra diretamente a cada um, limitando as intervenções a no máximo de 5 minutos. Depois, o Presidente do Banco Central se manifestaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) - Submeto a sugestão do Deputado Carlito Merss ao Plenário.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovada.

Assumimos, portanto, o compromisso de limitar a participação de cada Parlamentar a 5 minutos no máximo.

O próximo inscrito é o eminente Deputado Colbert Martins, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente Henrique Meirelles, demais convidados, lamento termos de encerrar esta reunião desta forma: porque não se controla o tempo no princípio das reuniões, ficamos às vezes 30, 40 minutos discutindo um único ponto. No final, somos obrigados a abrir mão do nosso tempo, para não ter deixar uma reunião como esta toda desarticulada.

Concordo com as propostas de modificação e de nova audiência, mas não com a prática seguida. Precisamos estudar uma forma de melhorar o debate. Não podemos passar tanto tempo



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

contando fábulas, e, na última hora, a participação dos outros inscritos ter de ser reduzida a alguns poucos minutos.

A presença do Presidente do Banco Central é útil num debate que nos permita a obtenção de esclarecimentos e a apresentação de propostas atinentes às nossas áreas de atuação.

Qual o atual perfil da dívida externa pública brasileira? Como está nossa dependência em dólar? Estamos tão vulneráveis quanto estivemos nos Governos passados?

Quanto à Argentina, cuja situação foi tão comentada, o caminho é esse: é bater na mesa e peitar o FMI? Os Governos anteriores foram contra, mas estou vendo alguns saudosistas nesta reunião. Esse pessoal parece que não tem espelho. Há 2 anos defendiam o oposto. Será o melhor enfrentar o FMI? Esse método funciona?

Outro ponto. Superávit de 3,25% ou de 4,25%. Ele é necessário, Sr. Presidente? Agora está na casa dos 5%. Precisamos aumentá-lo até quanto?

Esta semana, em Nova York, o Ministro Palocci disse que talvez o Brasil não precise mais recorrer ao FMI, que talvez não seja necessária a renovação dos acordos. Não precisamos mais do FMI? Podemos dispensá-lo a partir de setembro? Podemos nos ver distantes do FMI com o colchão de recursos que temos agora? Isso é possível? Se possível, é politicamente importante para as nossas mudanças políticas?

Sr. Presidente, na página 14 da demonstração de resultados do Banco Central estão os Créditos e Títulos a Receber. O Governo passado fez um gesto extremamente importante, com o chapéu alheio, no que diz respeito ao PROER. Vejo aqui Banco Nacional, Banco Econômico, BAMERINDUS, Banco Pontual, Banco Mercantil, BANORTE etc.: 23 bilhões de créditos em 2003; 28 milhões de créditos em 2002. Recebimentos neste semestre: Banco Econômico, 3,6 milhões; Banco Nacional, 1,85 milhão.

A pergunta é como o Brasil receberá os recursos que saíram do bolso de tantos brasileiros naquele período em que o PROER foi a salvação de alguns bancos?

Na página do parecer dos auditores independentes, Item 1, diz-se: *“As demonstrações financeiras das instituições em liquidação com as quais o Banco Central detém créditos a receber no montante de R\$23.04. 817 mil foram examinadas por outros auditores independentes. Para esses créditos, foi constituída uma provisão para perdas na sua realização em montante de R\$6.586.720 mil (...)”*.

Eu queria uma explicação melhor sobre como está isso, até porque os próprios auditores, no Item 6, dizem que *“as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2002, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e sobre elas emitimos um parecer com divisão de responsabilidade com auditores independentes em decorrência do mesmo assunto discutido no parágrafo 1, e com ressalvas (...)”*.

Como está a questão dos recebimentos do que foi aquele período do PROER? Como está a situação dos débitos desses bancos relativos à intervenção feita no Governo passado?

Por fim, e cumprindo o tempo fixado, democraticamente aceito, quero lembrar que na última segunda-feira os Governadores se reuniram aqui em Brasília. Há um tom de se pressionar o Governo a rediscutir as dívidas dos Estados, que refletiriam na dívida pública interna brasileira. Qual sua opinião a respeito disso?

Eram as observações que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) - Obrigado, Deputado Colbert Martins, pela colaboração, aliás já esperada. Cumprimento-o pelas brilhantes indagações.

Passo a palavra ao próximo inscrito, o eminente Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, vou tentar ser ainda mais breve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) - A sugestão foi de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Fiquei um pouco tenso. Eu não queria falar sobre os 23 bilhões de reais mencionados na página 14 — dívida dos bancos. Com certeza esse montante nunca será recuperado. Os que foram beneficiados na orgia do PROER não reclamam.

Sr. Presidente, uma das primeiras manifestações aqui feitas dá conta de que o mercado internacional não tem mais confiança no Brasil, porque a nova regulamentação das Agências tem sido difícil. É óbvio que antes havia confiança. A AES veio, comprou a ELETROPAULO e não pagou — nós pagamos. Ontem, vimos ocorrer outro vexame: a EMBRATEL foi vendida por 2 bilhões, e nós pagamos novamente, porque boa parte do dinheiro era do BNDES, e agora ela está valendo 400 bilhões. Vamos de novo pagar a conta. Alguém vai ficar com esse “mico”. É lógico que esse tipo de confiança nós não queremos.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O PPP que está sendo trabalhado nesta Casa servirá para mostrar a quem quer investir no País que há possibilidade de ganhar dinheiro, mas produzindo. E os especuladores estão assustados, porque a Taxa SELIC tem baixado muito.

Minha primeira pergunta, Sr. Presidente: qual foi a menor taxa básica nos últimos 10 anos? Não agüento mais esse discurso de que o juro está alto. Até onde eu sei, a taxa de 16% é a mais baixa dos últimos 10 anos. Eu queria a confirmação. No Governo Fernando Henrique, essa taxa passou de 40%, e nunca vi um Deputado ou Senador reclamar, talvez porque estivessem especulando e ganhando com ela. Quero ter a confirmação, para que a mentira repetida muitas vezes não comece a virar verdade — Goebbels usava muito essa tática. Vejo agora alguns com saudade até do golpe militar, e isso me assusta um pouco.

Muitas pessoas estão assustadas, até no meu partido. Vai haver uma eleição, e alguns, com saudade, gostariam de ver um novo pacote eleitoral. Já tivemos Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor, Plano Real. Nem sei se citei todos. Eu me sentiria muito mal, como membro do Governo e como Deputado do PT, se autoridades deste Governo aceitassem a demagogia de baixar um plano eleitoral. Seria fácil, Sr. Presidente. Talvez os partidos da base ganhassem umas duas ou 3 mil Prefeituras, mas em novembro pagaríamos a conta. Aliás, a Previdência já está pagando a conta agora: 12 bilhões terão de ser pagos, por decisão judicial, à conta dos pacotes eleitorais que elegeram muita gente.

Estou muito feliz, embora saiba que, eleitoralmente, isso talvez nos prejudique. O caminho é o que estamos seguindo. Não há almoço grátis. A irresponsabilidade da elite que, graças a Deus, saiu do poder no dia 31 de dezembro de 2002 deixou o País de joelhos. Estamos nos levantando aos poucos. Por isso, ainda ficamos à mercê de alguns movimentos especulativos. Este País continua ruim.

O desemprego foi muito comentado. Basicamente, o que tem incomodado a muitos é o fato de não quererem aceitar que, nos últimos meses, há mais pessoas sendo contratadas com carteira assinada. É isso o que vale, é isso que melhora a Previdência. Porque não querem ver a realidade, utilizam-se dos dados do DIEESE e do IBGE colhidos nas 6 Regiões Metropolitanas.

Se é que isso está sendo estudado, qual a forma de se ampliarem essas contas? O Deputado Osório Adriano disse que contrata muita gente com carteira. Que bom. Fico feliz em saber. Mas provavelmente os empregados dele não estão sendo computados no índice que apura o desemprego nessas 6 Regiões Metropolitanas. É importante fazer a ressalva, senão vale o discurso fácil de que o Brasil está desempregando.

Mas o mais grave são os juros. Uma das saídas é baixar o preço do dinheiro. Os bancos, claro, não querem. Não é automática a redução da taxa básica e o *spread* bancário. A pergunta é objetiva: o que aconteceu em 2003 e o que está sendo feito pelo Banco Central para facilitar a vida das cooperativas de crédito? Essa é uma das grandes saídas que temos para baratear o dinheiro. Fico assustado porque diversas entidades me procuraram alegando que a burocracia do Banco Central continua muito grande, complicando a criação de cooperativas de crédito. Vejo essa como uma das poucas armas para fugirmos dos bancos. O que foi feito em 2003? Quantas cooperativas foram criadas? Se o senhor não tiver esses dados, por favor, envie-os ao meu gabinete.

O Deputado Gonzaga Mota fez um bellissimo trabalho, e Subcomissão do *Spread* Bancário continua a mostrando que o custo do dinheiro é criminoso — não há outro adjetivo.

São estas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) - Muito obrigado, Deputado Carlito Meres, também pela referência ao nosso trabalho, que ainda está em fase de elaboração.

O próximo inscrito é o eminente Deputado pernambucano Osvaldo Coelho, a quem passo a palavra.

O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO - Sr. Presidente Henrique Meirelles, desejo informar, em primeiro lugar, que sou Deputado de oposição e tenho disciplina partidária. Mas miro muito a governabilidade, o que me permite dizer publicamente que admiro V.Sa., que confio no trabalho que desenvolve à frente do Banco Central.

Não se assustem, vou falar dentro dos limites estabelecidos.

Represento aqui o semi-árido nordestino, 86 milhões de hectares de terra, 50% do Nordeste. A renda *per capita* brasileira é pouco além de 6 mil reais por ano. A renda *per capita* do Nordeste é de um pouquinho mais que 3 mil reais. A renda *per capita* do semi-árido é de pouco mais de 1.000 reais.

Desses 86 milhões de hectares, 24% já foram desertificados. Em face do avanço da desertificação, o Governo brasileiro propôs ao Governo japonês um projeto com interesse na



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

preservação da caatinga, conseqüentemente um projeto ecológico e, ao mesmo tempo, com interesse social. Por exemplo, quem tivesse 100 hectares e tomasse um empréstimo, preservaria 50 hectares de caatinga e trabalharia, de acordo com orientação da EMBRAPA, nos outros 50 hectares.

Cuidadosamente elaborado, esse projeto andou 10 anos de ceca em meca. Na hora do repasse do dinheiro ao Banco do Nordeste, o Governo brasileiro disse ao Governo japonês que não queria o empréstimo, que ele não interessava. Refiro-me a um empréstimo de 5% ao ano, com 5 anos de carência e 25 anos para pagamento. Não conheço absurdo maior do que esse.

E isso aconteceu ontem, véspera do Dia Nacional da Caatinga. O Presidente Lula instituiu o Dia da Caatinga, dia de reflexão sobre essa desertificação no Nordeste, e um projeto que tinha os melhores e mais compatíveis juros com a realidade da região, que preservaria 100 mil hectares de caatinga é arquivado, devolvido ao Governo japonês! Fico assustado e tonto quando vejo coisas como essa.

Vou lutar com todas as minhas forças para inverter essa situação. Vou aos Líderes do PT, ao Presidente do PT, se puder até ao Presidente da República. Tenho audiências já marcadas com Ministros. Nunca vi nada mais perverso para os 20 milhões de brasileiros que vivem na caatinga e estavam na expectativa do trabalho.

Parece que o Governo não sabe que as raízes da violência estão também na pobreza. Se já são pobres e podem ficar mais pobres, podem se tornar também mais violentos. Um Ministro disse que eles vêm de lá para matar aqui. É capaz de isso acontecer mesmo, não vamos nos enganar.

Não sei como o Governo pode recusar um acordo dessa natureza. Será porque o projeto era do Governo passado?

Na cesta de projetos do banco japonês estava compreendido o projeto para a Baixada Fluminense, que foi todo liberado e aceito; o projeto para a Baixada Santista, também aceito; o projeto para a Baixada Maranhense, aceito também. Mas quando chega a vez do semi-árido do Nordeste...

Esses pouco mais de 1.000 reais de renda *per capita* representam uma mensalidade de 132 reais. Temos 20 milhões de brasileiros vivendo com 132 reais por mês.

Esta era apenas uma informação que eu tinha a dar, e acho que V.Sa. já a conhecia.

Minha primeira pergunta é a seguinte: qual é o gargalo que inibe um maior crescimento do Brasil?

Quero saber também se o Banco Central pode influenciar na elaboração de uma política pública de juros adequados a esse tal semi-árido nordestino de que eu falo, esse lugar onde não há nada e de onde se tira tudo. O Banco Central pode influenciar na criação de uma política especial para a região? Porque o Ministério da Agricultura não quer saber disso. Já mandei não sei quantos expedientes para o Ministro. Quero saber se é à porta de V.Sa. que eu posso bater.

Por fim, temos no Nordeste uma coisa chamada irrigação. Por sinal, o Governo se esqueceu dela este ano e não instalou sequer um metro de canal de irrigação. Parece que vai desprezar o projeto. O colono recebe 6 hectares do Governo, que custam uma fortuna, embora ele pague depois, mas o financiamento máximo que consegue só dá para 1 hectare. Há algum mecanismo de garantias evolutivas para esse homem, para que ele não precise trabalhar 12 horas em terra ociosa? Tenho propostas nesse sentido para os Ministérios que eu imaginei seriam responsáveis por essa área, mas eles fazem ouvidos de mercador, não querem saber de nada. Se o senhor me disser que é possível, vou mandar-lhe um dossiê. Se o senhor me permitir, envio alguém do setor agrícola para explicá-lo melhor. Do jeito que a coisa está, não estamos construindo o País que queremos, onde haja equidade, justiça e condições dignas de vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) - Obrigado, Deputado Osvaldo Coelho.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, o eminente Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Diretores, altos funcionários do Banco Central, é com alegria e com muita atenção que ouço o Presidente Henrique Meirelles. Também tenho admiração pela dedicação pública e pelo patriotismo do Sr. Presidente do Banco Central e de toda a sua equipe. Não duvido, em nenhum momento, do civismo dos senhores, que, se estivessem em outras atividades, certamente perceberiam remuneração muito melhor, pela competência e inteligência que têm. Faço minhas todas as palavras elogiosas dirigidas aos senhores por outros colegas.

Sou Deputado do PMDB e não quero meu partido na base do Governo Lula. Estou surpreso. Viajei hoje para Nova York, para Boston e para a Europa sem sair daqui. Parece que estamos num Brasil melhor de um ano para cá, ou de 2 meses para cá — com todo o respeito ao Presidente do



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Banco Central, que está fazendo um esforço extraordinário para que amanhã a inflação e o dólar não aumentem. O Presidente do Banco Central enche esta sala de esperança e de fé.

Estrategicamente, porque é inteligente, S.Sa. deixou para o final 2 *slides*. Um deles era sobre a massa salarial industrial, com tímido crescimento em 2 meses, quase nenhum, como se ali estivesse a retomada do emprego no Brasil. Mas não podemos analisar só o setor industrial. E os serviços, o comércio, a agricultura?

Hoje se lê que os empresários estão indecisos, não sabem se acreditam ou não no Brasil, se acreditam ou não na economia mundial para este ano.

O outro era sobre o emprego formal. Sim, há mais fiscalização, estão assinando mais carteiras. Apesar do comportamento ambíguo do Governo Federal, o agronegócio continua acreditando, trabalhando e empregando. Mas passar a idéia de que o desemprego no Brasil está diminuindo é querer encher nosso coração de esperança. Eu queria ter a esperança que o senhor tem. Eu sou um cavaleiro da esperança, senão não faria política, voltaria à minha atividade de médico, onde trabalho com esperança, com a criança e o adolescente.

O Deputado Carlito Merss foi embora. Surpreendentemente, aliás, aqui não há nenhum Deputado do PT, só o Senador Eduardo Suplicy. O DIESSE, que é parceiro do PT, mostra que o desemprego nas 6 Regiões Metropolitanas bateu o recorde dos últimos 10 anos. O IBGE ontem divulgou que o índice de desemprego é de quase 13%. Parece que o Deputado Carlito Merss esqueceu-se de todos os indicadores de que se valeu ao longo dos 8 anos do Governo passado. Eu era do grupo do Serra, questionava o Ministro Pedro Malan e defendia que se ousasse um pouco na economia brasileira.

O desemprego é desesperador. Estão aí os depoimentos de 2 grandes empresários brasileiros, os Deputados Osório Adriano e Osvaldo Coelho.

Será que esses indicadores não mexem com o coração do Banco Central? — para mim, homens frios, deslocados da realidade, fechados no ar-condicionado do Banco Central.

O senhor disse no passado, referindo-se ao crescimento do último trimestre do PIB, que iríamos crescer mais de 5% este ano. Agora, parou de falar nisso. Acho que estava vivendo um momento de arroubo, de entusiasmo e de esperança.

O desemprego é desesperador, repito, e são responsáveis por ele o Presidente Lula, o Ministro Palocci e os senhores do Banco Central, com certeza. Recuamos em termos de crescimento econômico no ano passado. Os senhores mantiveram em 26% a Taxa SELIC. O Governo do Fernando Henrique Cardoso a aumentou em dezembro de 2002 porque o grupo de transição pediu, e durante 6 meses os senhores mantiveram a taxa no mesmo nível. Nós recuamos, mas o senhores até a aumentaram, para o desespero das famílias brasileiras e pânico dos empresários.

Além do mais, os senhores, junto com o Presidente Lula, são responsáveis pelo estabelecimento de superávit primário acima do que o Fundo Monetário Internacional quer. Pena que os Deputados Carlito Merss e Chico Alencar não estejam mais presentes. Que pena! Um Deputado do Partido Comunista teve a coragem de pedir ao senhor que falasse sobre o impacto social desse aumento. Caiu a renda da classe média em mais de 20%; caiu 13% o número de assalariados que têm carteira assinada. Os senhores não conseguem enxergar?

Eu tenho perfeita noção de que este País precisa de equilíbrio fiscal. A ganância pública foi controlada nos últimos 8 anos. Há muito ente público querendo gastar muito, e isso gera inflação. Sabíamos que tínhamos de fazer a reforma da Previdência, que o Deputado Carlito Merss não queria, 8 anos atrás. Nesta sala nós brigamos muito.

Eu ouço como quê um disco arranhado, Sr. Presidente do Banco Central. Durante 8 anos, o Ministro Malan veio aqui muitas vezes dizer que em 2 anos a situação melhoraria. Houve, porém, algumas crises internacionais. O Japão teve problemas, a Rússia teve problemas. E o senhor diz, da mesma forma, que a situação vai melhorar daqui a 2 anos.

Esse disco se repete porque está faltando ousadia, coragem. Não vamos crescer com inflação, é claro. A inflação rouba do pobre acima de tudo; é um verdadeiro câncer, tenho noção clara disso, mas é preciso um pouquinho mais de coragem do Presidente Lula, do Ministro Palocci e do senhor. O Brasil está regredindo e o dano social é sério.

Agora farei minhas 3 perguntas, sem comentários.

O senhor disse que é preciso criar um ambiente de crescimento, principalmente lá fora, mas, estrategicamente, não falou em ambiente de crescimento no Brasil. O Movimento Sem Terra está sem controle. O Ministro Miguel Rossetto nem existe. O movimento de invasão de terrenos urbanos está também sem controle. As greves fugiram do controle. Há um comportamento esquizofrênico em



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

relação ao marco regulador das Agências. O próprio PT está dividido no que diz respeito à economia. Esse ambiente favorece o crescimento do Brasil e os investimentos?

Segunda pergunta. Não sou economista — sou médico —, mas leio artigos de economia para entender uns 25% do todo, se tanto. A poupança está financiando a dívida brasileira, e, pelo que eu entendo, se os senhores baixassem a remuneração dos títulos da dívida pública brasileira interna, talvez não vendessem os títulos e tivessem dificuldade para rolar a dívida. Eu queria que o senhor explicasse melhor o porquê disso. Os banqueiros não comprariam nossos títulos, então não poderíamos rolar nossa dívida, e aí poderia se estabelecer um caos financeiro. É isso?

A questão do ambiente de crescimento eu vou transformar em pergunta. O ambiente brasileiro é favorável? E como a Argentina cresceu? É sabido que a maior parte da dívida Argentina é externa, diferente da nossa.

Por fim, quero dizer que acredito na seriedade do Banco Central e do Ministério da Fazenda. Mas por que os senhores não mexem com a taxa de *spread*? O Deputado Osório Adriano não tem 18% de lucro em seu negócio, mas os bancos têm no *spread* 18% quando vendem sua mercadoria, que é o dinheiro. E não me venham com a conversa do livre mercado. O Ministério Público cai em cima de muitos setores, quando os preços disparam.

As despesas administrativas somam 22%, com toda a tecnologia e com a demissão de bancários levada a efeito ao longo do tempo. Os tributos são incríveis. O Governo tributa os bancos. Os senhores tomam dinheiro do mercado, usando o compulsório para segurar a inflação. E há a inadimplência também. O Deputado Osório Adriano, quando vende Coca-Cola, engole muita inadimplência, muita falta de pagamento dos distribuidores, dos armazéns, dos bares e restaurantes. Qual a razão dessa impotência do Banco Central e do Ministério da Fazenda, impotência que vem desde o tempo do Ministro Malan? Os senhores não mexem com os bancos. E temos de ouvir o Presidente do Banco do Brasil, para não falar no Amador Aguiar, que é do BRADESCO, dizer que o lucro do Banco do Brasil foi uma delícia no ano passado, quando chegou quase a 2 bilhões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) - Muito obrigado, Deputado Darcísio Perondi.

Só por uma questão de curiosidade, Sr. Presidente do Banco Central, quero assinalar que já ouvimos 15 Srs. Parlamentares, dos quais apenas 2 eram da Oposição.

Tem a palavra o eminente Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente da Comissão, Sr. Presidente do Banco Central, a quem agradeço a visita e a exposição, meus caros colegas, vou tentar me ater aos 5 minutos — o colega Darcísio Perondi extrapolou, e muito, o tempo fixado.

Quando um Governo se constitui e começa a governar tem o objetivo de, ao fim do seu mandato, merecer um bom julgamento da sociedade, da história, quer ter o que mostrar. O Governo vai tentar mostrar que o País cresceu, que o desemprego diminuiu, que a produção aumentou, que a renda da população está melhor. Enfim, o Governo busca um conjunto de resultados positivos para sua melhor avaliação no futuro.

Amanhã, dia 30 de abril, o Governo comemora um terço do seu mandato, justamente o período em que toda e qualquer política de transformação merece mais a confiança política e da sociedade. Mas a confiança política está paulatinamente diminuindo no Congresso Nacional, e, conseqüentemente, as condições para qualquer tipo de mudança ou transformação vão arrefecendo a cada dia.

Vou fazer algumas perguntas ao Presidente do Banco Central, e já peço desculpas porque talvez eu não possa ficar para ouvir a resposta — tenho um compromisso inadiável.

O Governo de Fernando Henrique Cardoso fez um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Chamou os candidatos à Presidência da República para participar desse acordo, e o então candidato Lula foi um deles. Ficou decidido que o superávit primário seria de 3,75%. Por que o Governo do Presidente Lula, espontaneamente, aumentou o superávit para 4,25%, aprofundando o processo recessivo em no nosso País, se, ao mesmo tempo, vemos a Argentina, em condições muito piores que a nossa, ter um crescimento de 8,87% em 2003 e impor ao FMI um superávit primário de 3%?

Segunda pergunta. Nós sabemos que a taxa básica SELIC, estipulada pelo Banco Central, remunera os títulos públicos. Sabemos também que os depósitos nos bancos são de propriedade dos brasileiros. Temos nossos depósitos, os depósitos a vista, sobre os quais o Banco Central estipula o chamado depósito compulsório, que serve para enxugar ou aumentar a liquidez no mercado. Por que se permite que o depósito compulsório no País pode ser feito pelos bancos com títulos da dívida



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pública e não em dinheiro, se depositamos dinheiro, e não títulos da dívida pública? Por que o Governo brasileiro arca com a despesa de pagar juros sobre depósitos que nos pertencem?

Terceira pergunta. Estamos analisando o Orçamento. Nele estão previstos 182 bilhões de reais para pagamento de juros e amortização da dívida, praticamente 30% do total. O Brasil precisa crescer e gerar empregos, tem muitas carências. Esses 182 bilhões não serão suficientes para o contexto da dívida, pois não há garantia de que o estoque da dívida não vá aumentar, o que fará com que a despesa de juros, se o estoque não cair, seja maior no próximo ano — é o histórico dos anos passados. Será que a provisão de 182 bilhões de reais envergonha o Governo? Não envergonha o Governo ver o País gastar 30% do seu Orçamento com amortização da dívida?

Quarta pergunta. Não tive a oportunidade de assistir à exposição do Presidente do Banco Central, mas vi o gráfico da previsão da dívida líquida do setor público, que apresenta uma redução paulatina a partir do ano de 2003. Acontece que, para essa redução ocorrer, já que o estoque da dívida é o mesmo e tende a crescer, o PIB teria de crescer também, e, para o PIB crescer, é necessário que o Governo tome algumas atitudes, entre elas a redução drástica dos juros. Então, que garantia temos de que a relação dívida/PIB vai efetivamente ser reduzida, se o tão falado espetáculo do crescimento infelizmente ainda não entrou em cartaz?

Quero fazer ainda mais duas observações. Eu gostaria que V.Sa. expusesse as necessidades de capital externo que o Brasil tem, já que a internacionalização da economia provocou uma grande demanda de remessas de lucro, não só de *royalties*, mas também de juros, e também falasse um pouco sobre o volume de capital de que precisamos todo ano para fechar nosso balanço de pagamentos, tendo uma idéia da situação futura. O volume de exportações aumentou, mas queremos saber se continuaremos no mesmo nível de dependência dos capitais especulativos mundiais.

Como estão sendo aplicadas as reservas cambiais brasileiras? Eu tive a oportunidade de tomar conhecimento de relatório do Tribunal de Contas da União sobre o período em que o Sr. Gustavo Franco era Diretor da Área Externa, quando a concentração de aplicação de reservas cambiais brasileira ficou mais de 50% em uma corretora em Lausanne. O relatório mostrava que o Brasil pagava em relação à dívida externa de 3% a 4% ao ano a mais do que recebia sobre o volume das reservas, o que representava 7 bilhões de dólares em termos de perdas. Eu gostaria que V.Sa. falasse sobre a aplicação das nossas reservas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) - Muito obrigado, Deputado Eduardo Cunha. Tem a palavra o eminente Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente Deputado Gonzaga Mota, prezado Presidente Henrique Meirelles, minhas saudações. Inicialmente, eu quero explicar que durante as primeiras duas horas desta manhã eu presidi a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que funcionou concomitante com esta audiência, por isso não pude estar aqui mais cedo. Se porventura eu fizer alguma referência, Presidente Henrique Meirelles, a algo que V.Sa. já tenha mencionado, saiba que isso se deve ao fato de eu não ter podido estar aqui na primeira parte da sua exposição.

É importante, em seu próprio benefício, salientar os resultados da sondagem feita pela Fundação Getúlio Vargas e publicada hoje sobre as perspectivas de um total de 1.005 indústrias pesquisadas: 56% delas esperam aumento na demanda por produtos e 10% prevêem queda.

As previsões parecem bastante otimistas, porque, do total das empresas consultadas, 35% pretendem contratar mais do que demitir no período entre abril e junho e 11% planejam mais demissões do que admissões. O saldo de 24 pontos é o maior desde outubro de 1986. Ou seja, há uma perspectiva positiva, embora todos nós quiséssemos que a taxa de crescimento fosse ainda mais acentuada.

Sr. Presidente do Banco Central, não fosse a sua responsabilidade e obrigação de estar presente a esta reunião — a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que é preciso vir aqui a cada 6 meses expor a política econômica do política do Banco Central —, o senhor estaria reunido com o Presidente da República e os Ministros da área econômica, que hoje pela manhã refletiram sobre o valor do salário mínimo?

Eu faço a pergunta porque avalio que, da mesma maneira como a autoridade monetária tem sempre enfatizado sua preocupação com o resguardo da moeda e da estabilidade de preços, também é da maior relevância que o Presidente do Banco Central e os Ministros da Fazenda e do Planejamento, portanto as 3 autoridades monetárias que fazem parte do Conselho Monetário Nacional, tenham idêntica preocupação com o emprego, com o crescimento da economia e com a



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

melhoria da distribuição da renda no País. Estes objetivos são o cerne do maior bem-estar possível para todos.

Mesmo quando se pensa na estabilidade de preços, é importante considerar não apenas aqueles fatores que afetam a procura agregada, mas também os que afetam a oferta agregada de bens e serviços. Se tivermos apenas a preocupação de conter a demanda por bens e serviços e ela estiver demonstrando certa pressão para que os preços se elevem, e se não atentarmos para o que se passa com a oferta de bens e serviços, então, reprimindo a demanda, dependendo de como funcionem as coisas, se a oferta for desestimulada, ao diminuir a oferta agregada de bens e serviços, estaremos fazendo com que os preços não baixem.

Às vezes, a preocupação do Banco Central é manter juros altos em demasia, conforme tantos argumentaram. Se porventura esses juros altos estiverem brecando a oferta de bens e serviços, não estaremos contribuindo para a estabilidade de preços, se a oferta não aumentar o suficiente? É preciso que haja uma interação entre os diversos instrumentos da política econômica, e não apenas com aqueles referentes à primeira preocupação das autoridades monetárias, tais como as taxas de juros, o ritmo de crescimento da oferta de moeda na economia e assim por diante. Ou seja, minha preocupação, Presidente Henrique Meirelles, é que exista sempre a oportunidade de interação e discussão de todos os instrumentos de política econômica.

Essa é a razão da minha questão inicial sobre a definição do salário mínimo. Ora, todos sabemos que o Presidente está com a difícil tarefa de definir o valor do novo salário mínimo. Não se sabe se será de 260 reais ou outro valor.

Segundo noticiário recente, o Governo teria definido em reunião, na qual não estava presente o Dr. Henrique Meirelles, 260 reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) - Nobre Senador Eduardo Suplicy, aproveite a brilhante intervenção de V.Exa. para dizer que a maioria das perguntas dirigidas ao Presidente do Banco Central seriam melhor respondidas pelo Ministro do Planejamento ou pelo Ministro da Fazenda.

Teríamos de mudar a lei para que os 3 Ministros aqui comparecessem de 6 em 6 meses. Peço desculpas por ter quebrado o protocolo, mas realmente muito do que foi indagado ao Presidente foge à sua alçada. Compete aos outros 2 responder as questões.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Trata-se de assunto altamente polêmico. De forma nenhuma o Presidente do Banco Central pode se excluir da responsabilidade. A política monetária tem de ter repercussão nas duas pontas. Não é pacífico entre os estudiosos da economia a exclusão dessa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) - Não estou excluindo. Pelo contrário. Gostaria que a decisão fosse integrada, como disse o Senador Eduardo Suplicy. Seria melhor que o valor do mínimo fosse definido pelos 3 Ministros. Se o Presidente Meirelles estivesse presente, a decisão poderia ter sido outra. Não é para haver exclusão, mas participação ativa. Isso é contrário aos artigos que escrevi sobre o assunto.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - De qualquer maneira, Presidente Gonzaga Mota, tivemos a possibilidade de argumentar com o Ministro Guido Mantega. Com respeito às reuniões do Conselho Monetário Nacional bem como as do COPOM, sugiro que elas passem a ser transmitidas pela RADIOBRÁS e pela NBR, para que haja transparência em tempo real e tudo se torne igual para todos. Assim, não haverá informação privilegiada para esse ou aquele segmento, e todos saberão como pensam os Ministros e o Presidente do Banco Central.

Farei uma observação relativa à preocupação com o pagamento de juros.

O Deputado que me antecedeu há pouco mencionou que no Orçamento está o compromisso de amortização mais juros da ordem de 182 bilhões de reais. S.Exa. disse que os juros nominais do setor público, portanto, o pagamento efetivo pelo setor público, considerando Governo Central, regionais e as empresas estatais, somaram 145,2 bilhões ano passado. Para 2004, a previsão é de 121,5 bilhões.

Pergunto: Há perspectivas de termos a continuidade da diminuição do valor para 2005 e 2006? O Governo está prevendo isso? Podemos considerar que o peso dos juros na economia brasileira nesses 2 anos vai ser bem menor do que o Produto Interno Bruto?

Os 145,2 bilhões em relação ao PIB, da ordem de 1 trilhão, 530 bilhões — se não me engano, foi esse o valor —, corresponderam a aproximadamente 9,5%? Se esses 121,5 bilhões corresponderem a algo bem menor que os 9,5%, porque o PIB neste ano deverá ser da ordem de 1 trilhão e 800 bilhões, poderemos ter números gradualmente menores de pagamento de juros e compará-los, por exemplo, com a transferência de renda prevista para este ano, que será um pouco



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mais de 5 bilhões de reais? Cento e vinte e um bilhões de reais de juros pagos pelo setor público para aqueles segmentos da sociedade tanto do Brasil quanto do exterior — estou falando das esferas de maior poder aquisitivo — constituem transferência bastante diminuta.

O Presidente Henrique Meirelles sabe que devemos avançar na direção de uma transferência de renda de caráter incondicional para todos.

Que perspectiva tenho com relação a isso? Que por volta de 2006, 2007, 2008, tenhamos em torno de 5% do valor do PIB com a transferência de renda na forma mais eficaz, que é a da renda básica de cidadania, que espero não tenha caráter simplesmente assistencial.

Sr. Presidente, Deputado Gonzaga Mota, isso é muito importante. Se tivéssemos neste ano 5% do PIB na forma da transferência de renda, seriam 83 bilhões de reais para 176 milhões de brasileiros.

Deputado Osvaldo Coelho, assim como V.Exa., eu estava pensando nas 20 milhões de pessoas que vivem na caatinga.

O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO - Dezessete.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Suponhamos uma família de 6 pessoas que vivem na caatinga, cada uma ganhando 40 reais por mês. Totalizaria 240 reais. Quarenta reais vezes 176 milhões dão 183 bilhões. Muito menos do que os 145 bilhões pagos aos segmentos de maior renda na economia.

Na hora de o Presidente Lula decidir o valor de 260 reais — e isso acabou de acontecer neste momento —, o chefe de uma família de 6 pessoas, que mora na caatinga, teria 260 mais 240 e estaria com 500 reais. Mais do que isso: esse instrumento é compatível com a maior competitividade da economia brasileira.

O Presidente Henrique Meirelles conhece muito bem a economia norte-americana. No ano passado, os Estados Unidos pagaram, em transferência de renda, a mais de 20 milhões de famílias, 35 bilhões de dólares — algo como 2 mil dólares em média para famílias que não recebiam até o patamar de 33 mil dólares anuais.

Hoje, os países desenvolvidos pagam transferência de renda, o que torna suas economias mais competitivas em relação à nossa. Temos de promover a adequada transferência de renda. Se ontem o Brasil conseguiu uma vitória importante na OMC, foi porque disse que os países desenvolvidos não deveriam pagar tanto aos seus produtores de algodão. Será que podemos dizer a esses países que não devem fazer transferência de renda às famílias? Isso não seria adequado, ainda que eles tenham programas de transferência de renda nessa direção. Precisamos estar conscientes de que se não tivermos uma forma adequada de transferência de renda — e a mais adequada é a renda básica de cidadania —, estaremos deixando de ser mais competitivos.

Há muito tempo, venho procurando persuadir o Presidente Henrique Meirelles a se envolver bastante na discussão desse tema. A transferência de renda aos que pouco ou nada têm precisa ser tão importante quanto o que se paga de juros aos que mais têm na sociedade brasileira e no exterior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) - Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. V.Exa. tem minha admiração e meu respeito por suas brilhantes observações.

Concedo a palavra ao Deputado Airton Roveda.

O SR. DEPUTADO AIRTON ROVEDA - Sr. Presidente, Dr. Henrique Meirelles, estou torcendo pelo sucesso do Governo Lula. Aliás, não apenas eu, mas todo os brasileiros. Estou louco para que isso vá para em frente. Pelo amor de Deus!

Vejo a questão da seguinte maneira. Sou empresário do ramo de areia, que pertence à construção e dá muitos empregos no País. A área caiu 25%, assim como a de cimento e a de empregos.

Em novembro e dezembro de 2003, o povo estava ciente de que as condições do Brasil iriam melhorar. Em janeiro e fevereiro, os juros baixaram, mas todo mundo abafou o fato. Tenho certeza de que isso é quase psicológico. Como disse o Deputado Darcísio Perondi, precisamos de ousadia. O Sr. Henrique Meirelles tem postura, seriedade e condições para ajudar o Brasil a ir para a frente. Precisamos de ousadia.

O que move o Brasil? Paremos para pensar nos problemas brasileiros, como o transporte rodoviário. Se melhorarmos o transporte rodoviário, baixando o preço do diesel para 90 centavos, todo mundo vai ter emprego, porque o diesel é usado no transporte de arroz, feijão etc. O diesel é uma dessas chaves; a outra são os juros baixos. Essas duas têm de movimentar o Brasil. E que Deus ajude este País!

Dr. Henrique Meirelles, V.Exa. tem condição de melhorar este Brasil. Faça alguma coisa.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) - Muito obrigado, Deputado Airton Roveda, pela objetividade.

Concedo a palavra à Deputada Professora Raquel Teixeira, terceira Parlamentar da Oposição a fazer uso da palavra e conterrânea de V.Exa., Dr. Henrique Meirelles.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Deputado Gonzaga Mota, pelas minhas contas, deve ser a quarta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) - Dos partidos de oposição?

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Dos partidos de oposição.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Deputado, pensei que V.Exa. iria dizer que fui a terceira mais votada no meu Estado, enquanto o Dr. Henrique Meirelles foi o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) - Quem está numa situação dessas não precisa de oposição.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Minha intervenção será rápida.

Dispositivo constitucional obriga o Presidente do Banco Central do Brasil a comparecer nesta Casa a cada 6 meses. Quero cumprimentar o Dr. Henrique por atender prontamente ao convite desta Comissão. Isso é importante para esta Casa e para o Governo como um todo.

Preocupo-me constantemente com a construção de um país mais justo. Temos de acabar com a má distribuição de renda, com a exclusão social. Temos de nos preocupar com educação e saúde pública de qualidade. Interessei-me pelos números hoje mostrados apenas como indicativo do quanto podemos melhorar a vida dos cidadãos. Não podemos nos acostumar a ver um desempregado querer pular da tribuna do Senado e outro atear fogo ao próprio corpo em frente ao Palácio do Planalto, fato que ocasionou sua morte. Não podemos banalizar essas cenas, pois o problema do desemprego é crucial.

Sei que não se resolvem questões sociais apenas com política social. Precisamos de uma política econômica que dê suporte ao desenvolvimento social.

Sem entrar na polêmica do Deputado Darcísio Perondi e seguindo a orientação do Deputado Gonzaga Mota, não vou cobrar de V.Exa. respostas que talvez caberiam ao Ministro da Fazenda ou ao Ministro do Planejamento. Assim, vou ater-me à questão do Banco Central.

Há estudo para mudança da meta de inflação de 2005 para 4,5%? É verdadeiro isso que ouvimos dizer? Se for, qual seria a meta pretendida? Qual seria o impacto? Quais implicações disso no crescimento do PIB?

Dr. Henrique, posso estar enganada no que vou dizer. Não é minha área específica. Morei nos Estados Unidos por muito tempo. Pelo que sei, o Banco Central americano leva em conta o desemprego para fixação de metas. Gostaria de entender como isso acontece e se não poderíamos levar em conta também problemas como o do desemprego.

Se agíssemos como os Estados Unidos, haveria alguma implicação?

Tenho uma pergunta adicional muito pontual. Por que a Taxa SELIC cai — e caiu 40% de meados de junho até agora — e as taxas ao consumidor não? Por que o Brasil não cresce, Dr. Henrique? Esta é a angústia e o drama de todos nós.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) - Muito obrigado, Deputada Professora Raquel Teixeira.

Dr. Henrique, V.Exa. tem várias perguntas a responder.

Informo aos Srs. Parlamentares e ao eminente Dr. Henrique que vou consultar meu partido, o PSDB, para ver da possibilidade de eu fazer uma emenda para alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal. O objetivo é estender o convite semestral ao Conselho Monetário Nacional para comparecer a esta Casa. Com isso, os Parlamentares poderiam ficar com visão bem mais profunda, uma vez que têm detalhes da área da Fazenda, de arrecadação, de gastos, orçamentários, gestão, que o Presidente do Banco Central não está devidamente preparado para responder.

Então, com a palavra o nobre Presidente do Banco Central.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Pois não, Sr. Presidente. Gostaria, portanto, de responder os questionamentos e fazer um comentário sobre esse ponto, objeto de discussão nesta Comissão. Até onde estaremos respondendo a todas as questões com relação ao custo fiscal, ao custo para a sociedade? Quando implantaremos as políticas monetárias, cambial e as demais políticas do Banco Central? Tudo isso está inter-relacionado. Na medida em que começarmos a analisar o custo fiscal, vamos entrar em questões que não são da área de atuação do Banco Central.

Portanto, não é possível responder a todas elas dentro do enfoque do Banco Central.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em segundo lugar, é importante mencionar que o custo fiscal é difícil de ser definido tecnicamente. Vou dar um exemplo. Existe uma visão um pouco intuitiva de que basta o Banco Central baixar drasticamente a taxa de juros — como alguns mencionaram — que o custo fiscal diminuirá. Não necessariamente isso ocorrerá. Quem financia o Tesouro Nacional não é o Banco Central. É o mercado. Isso significa, em última análise, todos os investidores. Isso não quer dizer que a taxa de juros do mercado vai acompanhar uma taxa de juros abaixo do Banco Central. Às vezes aconteceu o contrário no passado. O Banco Central baixou a taxa de juros, mas o custo do Tesouro Nacional subiu.

Essa não é uma conclusão intuitiva. A avaliação da eficácia da política do Banco Central tem de ser feita nos termos de avaliação dos diversos setores, de sua evolução. Quais são as metas do Banco Central? Primeira e principal: controlar a inflação; segunda, obter bons resultados da política cambial; terceiro, das áreas de fiscalização bancária etc. Isso não apenas nas contas fiscais, mas na economia como um todo. Portanto, deixo apenas esse ponto.

Gostaria de dizer aos senhores que me senti muito honrado de ter sido chamado de Deputado por alguns. Agradeço-lhes a honra.

Vou começar respondendo as perguntas do nobre Deputado Osório Adriano.

S.Exa. fez-me algumas indagações sobre a evolução do emprego no País. O número de vagas criado no primeiro bimestre de 2004 foi o maior dos últimos 10 anos.

Disse-me o nobre Deputado que os fazendeiros hoje registram seus empregados, ao contrário do que se fazia no passado. Portanto, cumprimento os fazendeiros e os incentivo a continuar fazendo isso, porque, de fato, é o caminho natural para que possamos estender os benefícios sociais a todos os trabalhadores.

É importante mencionar que não podemos medir de fato o emprego informal. Nisso há um critério de tendências, de medida da atividade econômica importante. Portanto, não podemos desconsiderar a questão do emprego formal. O desempenho econômico de um país melhora quando empregos são oferecidos.

Em relação aos impostos altos, o nobre Deputado Osório Adriano faz um comentário interessante. Diz que se o povo não compra, a culpa não é dos juros altos.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO - Falta dinheiro.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Falta dinheiro. É isso aí, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO - O povo não compra porque não tem dinheiro.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Não há dúvida de que a falta de dinheiro será resolvida quando o País aumentar o número de empregos, a renda *per capita*, o crescimento econômico e, juntamente com os programas sociais do Governo, a massa salarial possa continuar crescendo e possa existir mais dinheiro disponível para a população.

Em relação à questão fiscal, gostaria de enfatizar que, como tudo na vida, temos limitações. O Governo deveria gastar muito menos nos programas sociais, na remuneração dos funcionários etc. Ele deveria arrecadar muito menos com menos impostos e que a dívida pública e os juros caíssem. O fato é que alguns desses fatores não são compatíveis entre si. Compete, portanto, ao administrador público fazer, dentro desse aspecto, o melhor possível e uma administração da maior responsabilidade, exatamente o que está sendo feito hoje por este Governo, pela área econômica e pelo Ministério da Fazenda.

Os sinais emitidos pela sociedade, a que o Deputado Fernando Coruja se refere, são realmente preocupantes. S.Exa. fez um alerta ao Banco Central e ao Governo em relação exatamente aos sinais emitidos pela sociedade. Cito como exemplo o que ocorreu na Rocinha, com os garimpeiros etc.

Estamos ouvindo com muita atenção o que diz a sociedade. A experiência mostra que inflação mais alta é pior para os mais pobres, desorganiza a sociedade, traz crescimento menor. Portanto, compete ao Banco Central, dentro da sua esfera de responsabilidade, cumprir as metas de inflação. Tem de se envolver num esforço geral com o Governo para maior crescimento econômico, que se dará com a criação de emprego e ampliação dos programas sociais.

O Deputado Claudio Cajado relatou-me forte preocupação e fez apelo enfático ao Banco Central. Preocupa-se S.Exa. com o alto índice de desemprego em Salvador, o maior do País. Lá existem os famosos bolsões de miséria. Ninguém agüenta mais a situação. Segundo o Deputado isso poderia estar de certa maneira relacionado ao que ele chama de dosagem excessiva da política monetária. Pediu-nos que encarássemos o problema com muita seriedade.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado, nós encaramos essa questão com muito respeito e seriedade. O respeito não é apenas com S.Exa., mas com a sociedade brasileira. Respeito muito a opinião do Deputado quando diz que a dosagem de política monetária é excessiva.

Nobre Deputado, o COPOM reúne-se uma vez por mês. Nessas ocasiões, cada um dos membros faz sua avaliação sobre a situação e, num sistema de votação livre, toma sua decisão, vota no que julgar melhor. E o julgamento dos membros do COPOM é de que essa dosagem é adequada para fazer com que a inflação no Brasil convirja para as metas com o menor custo possível à sociedade e dando estabilidade ao Brasil para crescer de forma sustentada nos próximos anos. Na avaliação do COPOM, portanto, a dosagem está correta.

Pergunta também o Deputado se não há nada errado. Respondo-lhe que não. Muitas coisas no Brasil poderiam ser melhores — é bem verdade — e estão erradas: o desemprego está alto. Estamos trabalhando para diminuí-lo; a renda *per capita* está baixa, precisamos fazer com que ela cresça e eliminar os bolsões de miséria. Há muita coisa errada no Brasil, muitos índices difíceis, alguns deles estão aí há algumas centenas de anos, infelizmente. Estamos fazendo o melhor possível. Estamos trabalhando dentro da maior seriedade para dar ao povo brasileiro boa qualidade de vida.

O Banco Central deve olhar os indicadores e o resultado das políticas que estão sendo aplicadas. Temos de demonstrar exatamente o resultado da política econômica atual dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, mostrando o resultado das ações do Banco Central no semestre anterior.

Pergunta-me o Deputado Colbert Martins sobre o atual perfil da dívida pública brasileira.

A dívida pública total brasileira externa, incluindo os empréstimos do Fundo Monetário Internacional, tem evoluído. Em 2001, era 8,16% ao ano, o prazo era de 8,9 anos. Estou mencionando o perfil. Em 2001, o prazo médio era de 8,9 anos; em 2002, de 7,7; agora, de 7,3. Em média, a dívida encurtou um pouco, mas em compensação a taxa média caiu de 8,16%, em 2001, para 6,9% ao ano. Portanto, a evolução da dívida externa é nesse sentido. A dívida externa líquida está tendo uma trajetória decrescente. Caiu de 14,3%, em dezembro de 2002; 12%, em dezembro de 2003; 11%, em março de 2004.

A dívida total do setor público, por exemplo, com o percentual da dívida total, tem evolução crescente: de 51% para 63%.

O perfil da dívida interna tem melhorado. Demonstrei isso por meio de gráficos. Essa parte da dívida interna já foi endereçada. O perfil está aumentando na medida em que o prazo médio da dívida pública interna está crescendo e o custo médio da dívida interna tem caído paulatinamente. Em resumo, é uma pergunta de ordem geral.

S.Exa. pergunta se, para resolver essas questões, não seria correto seguir o mesmo caminho da Argentina, que está crescendo. A Argentina de fato está crescendo, mas somente agora começa a chegar aos índices que tinha antes da crise. Portanto, está crescendo muito porque o produto caiu bastante. O Brasil já está com índices, por exemplo, de produção industrial, equivalente ao pico da série. Portanto, esse é um dado real. Podemos inclusive fornecer a S.Exa. os dados especificamente da Argentina nesse aspecto, no devido tempo.

Pergunta também se é necessário o superávit primário de 4,25% do produto. Entendemos que sim. Isso é fundamental para manter o equilíbrio fiscal e, em consequência, estabelecermos a trajetória cadente da dívida e fazermos com que a taxa de juros possa de fato, a longo prazo, atingir patamares internacionais. Trata-se de algo fundamental no processo de crescimento.

Muitos crêem que se o Governo gastasse mais, o Brasil cresceria mais. Isso pode ser verdade em situações especiais. Depende muito da capacidade de endividamento do Governo. Países com estrutura de dívida igual a do Brasil, na medida em que gastava, mais o superávit primário caía. Com isso, a dívida aumenta, sobem as taxas de juros e a economia acaba sendo prejudicada.

Foi-me perguntado por que não recebemos mais do PROER ou quais são as perspectivas.

Pois bem. No caso do PROER, foram empréstimos concedidos a instituições que estavam em processo de liquidação para evitar na época prejuízos aos depositantes. Os empréstimos têm correção de acordo com o contrato equivalente às garantias. Em resumo, as garantias são as notas que o Tesouro Nacional oferece com uma remuneração equivalente à dos empréstimos concedidos pelo Banco Central, que se apropria desses créditos.

Evidentemente, em algumas situações, o saldo do PROER poderá ser superior até ao valor das garantias. E a lei diz que a correção desses tipos de empréstimos para instituições nesse processo será a correção pela TR mais juros apropriados até o valor da garantia. E o Banco Central tem feito essa apropriação dos juros. E na medida em que garantias são liquidadas, vendidas e



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apurados os resultados, ele vai se ressarcindo. Por exemplo, o Banco Central já recebeu de valor de principal e juros R\$ 14.215.881.281,71. Portanto, é esse o critério.

Algumas pessoas perguntam por que não aceleramos o processo de liquidação. Evidentemente, que esses processos têm grande controvérsia judicial, existem ações judiciais de parte da parte e que vai depender do pronunciamento da Justiça.

A reestruturação da dívida dos Estados é uma situação complexa. É normal que exista um processo de negociação, mas existem contratos em andamento, que deverão ser cumpridos, mas é legítimo que todos demandem condições menores, cada Governador com seu Estado. Evidentemente, é função do Governo Federal defender o equilíbrio fiscal da União.

O Deputado Carlito Merz perguntou sobre a Taxa SELIC e como ela se coloca em relação ao passado. S.Exa. tem razão. A Taxa SELIC está entre as mais baixas dos últimos anos — 16%. Já esteve por períodos curtos um pouco mais baixa do que isso. De fato, em termos comparativos, nos últimos anos, é uma taxa relativamente baixa.

A segunda pergunta: “o que está sendo feito para aprovar as cooperativas de crédito?” Foram aprovadas neste ano 25 cooperativas de crédito. Concordo com a observação do Deputado de que a cooperativa de crédito é algo absolutamente fundamental, importante e que vai aumentar muito a competição do sistema financeiro. A oferta de crédito vai ser muito favorável inclusive para a quebra dos *spreads*.

O Deputado se preocupa com a questão da burocracia, com a dificuldade de aprová-las. Nesse caso é uma responsabilidade fiduciária do Banco Central. Ele não pode deixar de cumpri-la. Tem de assegurar que todas as condições técnicas vão ser obedecidas pelos projetos de cooperativas. As cooperativas que não estejam devidamente estruturadas poderão trazer importantes prejuízos ao contribuinte e à Nação no futuro. Portanto, isso tem de ser feito com muito cuidado.

A última pergunta é em relação ao número de cooperativas aprovadas, que são 25.

O Deputado Osvaldo Coelho antes da pergunta inicial fez uma observação sobre a questão dos empréstimos especiais com o provisionamento de preservação de meio ambiente, os empréstimos particularmente em benefício da caatinga brasileira. As políticas setoriais são de responsabilidade de outras áreas do Governo, não necessariamente do Banco Central. Vamos certamente levar a preocupação do Deputado com o empréstimo específico do Japão e também com tratamento especial para o semi-árido aos demais membros do Conselho Monetário Nacional.

Quanto ao gargalo que inibe o crescimento do Brasil, diria que não é apenas uma questão — se fosse seria mais fácil —, mas várias. O nível total de poupança do País, de investimento e o equilíbrio fiscal estão sendo tratados com muito cuidado pelo Governo Federal, pela administração do Presidente Lula. O Governo está empenhado em resolver os problemas que o Brasil teve durante muitos anos de altíssima inflação, de moratórias, de uma série de outras questões, cujas consequências foram terríveis: taxa de juros bastante elevada e diminuição de investimentos em educação. Se não houver investimentos na educação o Brasil não conseguirá crescer. Em resumo, é um conjunto muito grande.

Do ponto de vista da nossa responsabilidade específica, diria a S.Exa. que a experiência diz que não há exemplo de crescimento sustentável a longo prazo a taxas elevadas. Nenhum país com taxa de inflação elevada ou com desequilíbrio fiscal, com dívidas crescentes do Poder Público conseguirá se desenvolver. Os preços têm de ser definidos pelo Conselho Monetário.

A pergunta do Deputado Darcísio Perondi é em relação à questão do total do emprego e de alguns índices importantes. Por exemplo, o DIEESE mostra um aumento importante do desemprego.

Farei alguns comentários a esse respeito. Em primeiro lugar, é importante que olhemos os índices pelo que eles indicam. O DIEESE mede o desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, que não tem necessariamente uma correlação com o desempenho da economia no Brasil como um todo. Por exemplo, existe o índice de emprego formal divulgado pela FIESP em relação a São Paulo, que mostrei, e outros indicadores do Estado que diferem do índice do DIEESE, por exemplo, da cidade ou da Região Metropolitana de São Paulo.

Certamente, o emprego informal é algo importante. Temos agora de prestar atenção a um dado da maior importância para o crescimento do emprego formal no Estado de São Paulo e em todo o Brasil.

Pergunta o Deputado: até que ponto o coração dos membros do Banco Central não se mexem com o que está acontecendo no País e os indicadores não necessariamente mexem com o coração?

Diria a S.Exa. que posso falar por mim, mas suponho que estejam na mesma situação os demais Diretores do Banco Central. Sentimos profundamente, de coração, a dificuldade do Brasil.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Fazemos o melhor que podemos para resolver essas questões e melhorar as condições do povo brasileiro.

No entanto, a forma de atender à demanda do coração, portanto, melhorar as condições de vida do povo brasileiro, não é deixar a inflação subir, não é fazer com que a taxa de juros seja baixada de forma artificial, de maneira que a inflação suba, que o emprego de risco dos títulos públicos suba e isso gere, em última análise, menor crescimento, com mais inflação e com um maior custo da dívida pública.

Em resumo, voltando à pergunta que já respondi antes, dentro da nossa avaliação, estamos fazendo uma política monetária, que é o melhor equilíbrio possível hoje para o Brasil: iniciarmos uma rota de crescimento sustentado com inflação convergindo para as metas.

Gostaria de falar sobre a suposta empolgação do Presidente do Banco Central no ano passado, quando mencionou a taxa anualizada. Não se trata de empolgação. É simplesmente realidade. A taxa anualizada do quarto trimestre de 2003 foi de 6,14%. Isso quem diz é o IBGE. Não é projeção. É uma taxa anualizada de um trimestre. A projeção para o ano de 2000 foi 4% ou 3,5%. Isso não mudou. Essa foi a taxa sempre anunciada não apenas nos relatórios do Banco Central, mas também nas opiniões do Presidente do Banco Central.

Em relação aos empresários, há a impressão — sei que muitas vezes ela é ventilada — de que existe pânico no empresariado. Respeito as opiniões individuais. Aprendi ao longo dos anos a respeitar muito a opinião individual de cada empresário.

O índice de confiança empresarial medido pela Fundação Getúlio Vargas não aponta esse pânico. Alguns deles foram mencionados pelo Senador Eduardo Suplicy. Conforme projetamos aqui, o índice de confiança do empresariado está melhorando.

Quanto à ousadia e à coragem, respeito profundamente a opinião dos demais Deputados. Temos, contudo, de fazer o que nos diz a experiência e agirmos de acordo com a consciência. Do nosso ponto de vista, ter ousadia e coragem no Brasil é controlar o déficit público e a inflação.

No que diz respeito à questão do ambiente geral, evidentemente que ele influencia o crescimento. Incertezas, preocupações sociais e todas as questões mencionadas, fazem parte de conjunto de fatores. O importante, no entanto, é o resumo disso, que é a taxa projetada de crescimento. Projetamos para este ano um crescimento superior ao das outras duas décadas no Brasil.

Já comentei o caso da Argentina e o fato de não baixarmos o título público.

O Banco Central não financia o Tesouro. O Tesouro é financiado pelo público. O Banco Central não controla a taxa demandada pelo público. Já houve casos no passado, não apenas no Brasil, mas em outros países em que o Banco Central tenta baixar demais a taxa, e na realidade o custo do título público pode crescer no prefixado, no pós-fixado, no COPOM e mesmo no índice indexado à Taxa SELIC, porque o prêmio do papel pode subir.

Quanto ao *spread* bancário, estamos fazendo trabalho muito grande nesse sentido — já mencionei isso em perguntas anteriores. Existem, na história do Brasil e na de outros países, experiências malsucedidas de tentativa de tabelamento não apenas de preços, mas também de *spread* bancário.

Com relação à competição, o Deputado mencionou o caso do Ministério Público. Certamente, na medida em que existam condições e indícios de violação da lei, seja por práticas monopolistas ou por falha da competição, o Ministério Público tem de intervir — e intervém —, dentro da sua responsabilidade, não apenas no setor comercial industrial, mas certamente no setor financeiro.

O Banco Central tem parte da responsabilidade e a está cumprindo, mas existem vários outros fatores, alguns deles inclusive em discussão na Casa, como a lei que regulamenta o papel do CADE e do Banco Central na fiscalização da competição entre as instituições financeiras — será muito importante essa discussão — e a lei de concordata e falência, que também está em discussão.

No que diz respeito à pergunta do Deputado Eduardo Cunha, novamente sobre a Argentina, é mais de 8%. Quanto ao compulsório, esclareceria que parte dele é depositado em dinheiro; outra, em títulos, dependendo do perfil de cada um.

Cento e oitenta e oito bilhões de reais de juros e amortização da dívida não é algo que envergonha o Brasil? Isso é uma realidade. Não se trata de vergonha. Temos de trabalhar para que esse número caia. Devemos dar à questão melhor direcionamento. E isso estamos fazendo. Já mostrei aqui como está andando o perfil da dívida e sua evolução. Novamente, estamos mostrando que a taxa de juros reais está indo numa direção favorável.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por exemplo, os juros nominais pagos pelo setor público, consolidado no Brasil, foi em 2003 de 9,59% do Produto Interno Bruto; em março de 2004 estava em 8,52%; a previsão para dezembro é de 7,15%. Portanto, em resumo, compete-nos fazer o melhor possível para que essa relação caia.

A necessidade líquida de financiamento externo está caindo, em função exatamente do superávit de conta corrente.

As reservas são administradas de forma bastante técnica. Onde há competição, há avaliação pública em períodos determinados dos diversos administradores que cuidam de partes dessas reservas. Além disso, há critérios muito rígidos de relação retorno e risco. Quer dizer, não há dúvida de que se quiséssemos retorno maior — como qualquer investidor o quer —, poderíamos assumir riscos maiores. Não é, contudo, uma boa política de administração de reserva. A política de administração de reserva tem de mensurar muito bem o retorno sobre o risco. A reserva do País deve-se à boa técnica de gestão. Tem de ser aplicada em títulos de alta liquidez e segurança. Títulos têm retornos menores.

Fechando a questão externa em relação ao balanço de pagamentos, vamos ter um total de amortização ao redor de 38,3 bilhões de dólares. Quanto às transações correntes, não há necessidade de 0,2 bilhões de dólares. Estamos esperando 13 bilhões de dólares de financiamento direto.

Em termos de desembolso médio das instituições financeiras, esperamos que haja uma taxa de rolagem dos empréstimos privados no Brasil de 100%, o que significa taxas de longo prazo compatíveis com o mercado. Vamos ter um desembolso médio de 31,5 bilhões de dólares, incluindo saques aos fundos de cerca de 6 milhões de dólares. Isso inclui os bônus da República e o desembolso dos organismos.

Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy por considerar minha presença útil nas discussões de ordem macroeconômica. Certamente estaria reunido com o Presidente e com os Ministros, caso fosse convidado.

Sobre o atual formato das reuniões do COPOM. Estamos adotando o que foi definido pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Congresso Nacional, caso seja modificado o formato por diploma legal.

No critério atual não há nenhum segmento da sociedade com informação privilegiada, na medida em que a decisão do COPOM — isso quando acontece — é divulgada para toda a sociedade ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) - Permite-me uma observação? Posso fazer pequenas perguntas aos Deputados e Deputadas presentes?

Por acaso V.Exas. saberiam dizer -- pois todos os presentes se preocuparam com a taxa de juros -- quais são os membros do COPOM? Sabem o nome dos membros do COPOM que definem a taxa de juros?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Será que alguém sabe?

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) - Por que fiz essa indagação? Por que outro dia ela me foi feita por um membro do Governo num diálogo muito construtivo. Era o Secretário-Executivo Samuel Pinheiro Guimarães, do Ministério das Relações Exteriores. Fiquei pensando nela. Por isso formulei a pergunta. Seria interessante que as sessões do COPOM fossem transmitidas. Tenho um projeto de lei para que a *TV Senado* faça essa transmissão. Como a *TV Senado* poderia ter conflito com o horário da reunião do COPOM, pensei na **RADIOBRÁS**.

Aliás, já conversei com o Presidente da **RADIOBRÁS**, Eugênio Bucci. Vou conversar depois com o Presidente Henrique Meirelles e com os Diretores do COPOM. Por quê? Porque seria interessante, devido à enorme importância que todos os Deputados, Senadores e o povo brasileiro dão à definição da taxa de juros estabelecida pelo COPOM. Todos poderiam ser membros do COPOM, além do Presidente Henrique Meirelles, que tem grande exposição pública. Que pudessem, portanto, o Diretor de Política Econômica, Afonso Sant'Anna Bevilaqua, João Antônio Fleury Teixeira, Alexandre Schwartzman, Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo, Paulo Sérgio Cavalheiro, Antônio Gustavo Matos do Vale, Sérgio Darcy da Silva Alves e Luiz Augusto de Oliveira Candiota serem reconhecidos por intermédio da televisão.

Dessa forma, quando o Afonso Bevilaqua saísse à rua, os empregados e desempregados diriam: "*O senhor se lembrou de mim na hora de definir a taxa de juros*".

Faço a seguinte indagação, Presidente Henrique Meirelles...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Com toda a elegância e com todo o respeito que tenho à tecnocracia do Banco Central, pediria que a temperatura da sala fosse diminuída. Com a



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

baixa temperatura e a frieza tingida com a esperança que nos dá o representante do Banco Central, vamos pegar uma gripe asiática. Isso pode afetar os resultados macroeconômicos.

O SR. DEPUTADO AIRTON ROVEDA - É muito perigoso conhecermos o pessoal do COPOM. Em janeiro ou fevereiro eles iam levar umas laranjas ou ovos ou coisas parecidas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) - Sinceramente, Sr. Presidente, com respeito às observações dos Deputados Airton Roveda e Darcísio Perondi, primeiro acho que o calor desta reunião vai possibilitar que o Deputado Darcísio Perondi não fique com qualquer gripe.

Minha intenção com tal proposta é permitir que a população e os Parlamentares conheçam melhor o raciocínio, a reflexão dos membros do COPOM na hora de tomarem as decisões e saibam em que medida o Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, o Sr. Afonso Bevilacqua e os demais membros do órgão levam em consideração, na hora de decidir, tanto o objetivo da estabilidade de preços, no que todos concordamos ser muito importante, como o da redução do desemprego e o da elevação da taxa de crescimento do País. Em que medida a mensuração da taxa de desemprego é considerada com o devido peso nas reuniões do COPOM?

É claro que a transmissão das reuniões traria ao processo decisório maior transparência; ao COPOM, maior responsabilidade; e à população, maior conhecimento das atividades do órgão.

Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, faço a V.Sa. as seguintes perguntas. Primeiro, do ponto de vista operacional, haveria algum problema em relação à transmissão das reuniões? Conversei com o Sr. Eugênio Bucci, Presidente da RADIOBRÁS, e ele me disse que, nas ocasiões em que coincidir de a RADIOBRÁS — seja a *NBR*, seja a *Rádio Nacional* — estar transmitindo, por exemplo, uma reunião importante ou um pronunciamento do Presidente da República no horário em que estiver sendo realizada a reunião do COPOM, haverá um problema operacional.

Além disso, vamos supor que pudesse haver a transmissão das reuniões do COPOM e, também — mais importante ainda —, do Conselho Monetário Nacional, que ocorrem uma vez por semestre. Não é isso, Sr. Presidente Henrique Meirelles? As reuniões do Conselho Monetário Nacional ocorrem uma vez por ano ou uma vez por semestre?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - O Conselho se reúne todos os meses.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) - Todos os meses. O Conselho Monetário também?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - O Conselho Monetário Nacional também.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Que fogo amigo, hein? Um Senador do PT fazendo essa proposta!

Aliás, não há nenhum Deputado do PT aqui. É interessante a imprensa registrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) - Mas a minha indagação é sobre se seria viável.

Se não fosse possível transmitir a reunião ao vivo, que a RADIOBRÁS o fizesse logo depois, assim que pudesse, para que todos nós conhecêssemos melhor como é feita a reflexão e tomada a decisão. Isso tornaria transparentes tanto a reunião do Conselho Monetário Nacional quanto a do COPOM.

Deputado Darcísio Perondi, é com o maior carinho e amizade que faço essa pergunta. *(Risos.)*

Concedo a palavra ao Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Em primeiro lugar, respondendo à pergunta, não tenho conhecimento operacional do ponto de vista da RADIOBRÁS, mas certamente isso pode ser verificado.

Quanto à nossa posição a esse respeito, conforme já mencionei, Senador, qualquer que seja a decisão legal desta Casa em relação à maneira que deve funcionar o Banco Central, vamos segui-la.

Em relação aos outros países, não conheço experiência de Banco Central que tenha as reuniões do Comitê ou do Conselho de Política Monetária — ou órgão equivalente a esses — transmitidas ao vivo. Isso não quer dizer que eles estejam certos e, portanto, que não possa existir algo diferente. Estou apenas...

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) - Ou que o Brasil não possa lhes dar um bom exemplo.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Ou que o Brasil não possa inovar.

Lembro apenas que há razões para o fato de tais reuniões não serem transmitidas. Meramente, como motivo de futura reflexão do Senador, informo que uma das preocupações existentes é a de que, como se trata de discussão que leva um tempo relativamente prolongado, e, como os mercados funcionam ininterruptamente — se não estão abertos no Brasil, estão abertos em



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

outros países, e em todos eles são negociados títulos brasileiros —, e, como muitas vezes, uma discussão que pareça estar indo em determinada direção pode se inverter no decorrer da reunião, uma reunião assim pública pode gerar instabilidade nos mercados e não ser muito favorável à economia.

O Senador mencionou, com muita propriedade, a necessidade de se conhecer o COPOM. A esse respeito, esclareço que das notas do COPOM constam não só o nome de todos os seus membros, com os seus cargos etc. — informação que o Senador tem —, como também, e mais importante ainda, que em determinado momento elas deixam transparentes — e é do conhecimento de toda a sociedade brasileira que tenha interesse no assunto — todo o processo racional desenvolvido pelos membros do órgão, quais foram as decisões tomadas e o motivo que o levou a elas.

Mas, dito isso, Senador, gostaria de deixar claro que seguiremos, absoluta e disciplinadamente, qualquer que seja o formato definido por esta Casa.

O Deputado Airton Roveda nos faz o seguinte apelo: *“Façam alguma coisa!”* S.Exa. deu 2 exemplos: baixar o preço do diesel — e mencionou as vantagens de tal medida — e baixar os juros.

Eu diria a S.Exa. que estamos procurando fazer muitas coisas, entre elas, algo muito importante, que é a estabilização de preços no Brasil, o que significa trazer a inflação para o patamar de metas definido pelo Conselho Monetário Nacional e manter uma política cambial que beneficie o aumento do equilíbrio externo, segundo o sistema de metas de inflação.

Quanto ao outro apelo do Deputado, no sentido de baixarmos os juros, já falamos suficientemente sobre o tema. Os juros de mercado que são pagos pelo Governo por meio da remuneração da dívida pública ou pelas empresas envolvem fatores gerais. Estamos vendo paulatino decréscimo dessa taxa nos últimos meses, período em que ela vem atingindo níveis baixos em comparação aos praticados no passado recente do País.

A Deputada Professora Raquel Teixeira pergunta sobre a meta para 2005: se existe uma mudança de meta e, nesse caso, qual seria a nova meta.

Deputada, a meta para 2005 foi fixada na reunião do Conselho Monetário Nacional de junho de 2003. O Conselho Monetário Nacional estará reunido em junho de 2004 para fixar a meta para 2006. Portanto, a meta está fixada em 4,5%, e compete ao Banco Central cumpri-la.

Existem propostas importantes, de pessoas altamente qualificadas — entre elas, representantes da população —, que sugerem uma discussão das metas futuras. Trata-se de legítimo debate da sociedade. Entretanto, a meta para 2005 está fixada pelo Conselho Monetário Nacional. Não há na agenda do Conselho nenhuma proposta de discussão da meta.

Repito: não compete ao Banco Central participar desse tipo de discussão, mas, sim, implementar a meta definida pelo Conselho Monetário Nacional.

Em relação à trajetória de metas e o seu impacto sobre o crescimento, Deputada, a idéia é a seguinte. O sistema de metas de inflação é o mais bem sucedido na última década, não só para o combate à inflação — tanto que houve queda da inflação média em diversos países —, mas também para efeito sobre a atividade econômica, à medida que a estabilidade de preços, conforme mostra a história, favorece o crescimento potencial dos países. Não resolve todos os problemas de crescimento, mas, pelo menos, elimina um problema importante — a inflação.

Em resumo, a meta de inflação é o sistema de menor custo, se comparado com os demais usados em passado recente, e de maior eficácia para o controle da inflação.

Em relação ao fato de o FED levar em conta o desemprego ao tomar suas decisões, devo dizer que o Banco Central considera, na sua avaliação, com seus modelos, toda uma série de indicadores econômicos.

Voltamos à questão central, Deputada. A experiência mostra que o Banco Central dá a sua melhor colaboração à sociedade quando faz a inflação entrar na trajetória de metas — sejam elas explícitas, como no caso do Brasil, sejam implícitas, como no caso do FED, que não as divulga. Portanto, a estabilidade de preços é pré-condição para o crescimento.

Em relação à sua pergunta sobre núcleo de inflação *versus* inflação cheia, ressalto que o debate acerca do tema existe e é válido. A decisão do Brasil foi trabalhar com a inflação cheia, isto é, a inflação total, e não apenas com a inflação medida por um determinado tipo de núcleo.

Trata-se, conforme eu disse, de discussão válida, mas eu alerto os Srs. Parlamentares para um dado importante — já que estamos no final da reunião e podemos ir mais devagar um pouquinho —, contido numa expressão muito feliz criada pelo saudoso Ministro Mário Henrique Simonsen: a maldição dos índices. Ele dizia que todas as vezes que se procurava sair de um índice para passar



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para outro havia uma punição. O que eu quero dizer é o seguinte: o importante não é adotarmos um ou outro índice, mas mantermos a consistência do que escolhermos.

Ainda tenho que terminar de responder à pergunta da Deputada, mas me parece que o Deputado tem alguma observação a fazer.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu quero fazer a réplica e prometo ser curtíssimo. V.Sa. responda, primeiro, à Deputada.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Não, Deputado, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) - Regimentalmente, V.Sa. tem que responder a todos os que perguntaram primeiro.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Perfeitamente! Tudo bem. É que, como V.Exa. já acionou o microfone, eu pensei que...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Responda primeiro à Deputada, terceira Parlamentar mais votada de Goiás.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Está certo.

Em relação à questão da SELIC *versus* taxa de juros ao consumidor, deixe-me apresentar a V.Exa., Deputada, alguns dados, primeiro sobre operações de crédito com recursos livres para pessoa jurídica. A taxa média, em 2003, foi de 38,1%, contra 30,4% em 2004, até agora, para pessoa jurídica. Portanto, houve queda de 7,7%. Para pessoa física, caiu de 87,3% para 64%, o que significa redução de 23%. No caso de pessoa física, o *spread* caiu de 59,9% para 48,6%, o que mostra uma diminuição de 11,3%. A queda da SELIC já é conhecida.

Com relação à outra pergunta — se podemos esperar uma queda dos juros pagos em relação ao PIB para 2005 e 2006 —, a resposta é: se mantidas as atuais políticas monetária e fiscal, conforme a nossa avaliação, certamente esse será o caminho, e as despesas com os juros tenderão a cair.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - A réplica, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) - Pois não, Deputado. V.Exa. dispõe de um minuto.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Em relação ao desemprego, não aceito de forma nenhuma que seja passada para o Brasil a impressão de que a situação do emprego está alentadora e estimuladora.

A renda da classe média, repito — podem perguntar a todos os que estão nesta sala; não sei se há algum rico aqui —, caiu, e as pessoas têm sentido essa queda. Em todas as famílias há sempre alguém — a esposa, o filho ou o irmão — em busca de emprego. Isso é reflexo da maldosa política monetária ortodoxa.

Quando V.Sa. falou em Mário Henrique Simonsen e na maldição dos índices, pensei que fosse falar da herança maldita, que, na verdade, não é maldita. V.Sa. foi cuidadoso e não falou nela, mas a bancada federal do PT aqui não está para não ter que defendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) - O PT está presidindo a reunião, Deputado.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Mas, se a chamada herança maldita fosse muito ruim, o atual Governo não teria seguido a política monetária do anterior. Eu discordava do Malan, mesmo sendo Vice-Líder de FHC. Só que a política por ele adotada foi *overdose* feita por um médico, e V.Sa. é um enfermeiro do Ministro Palocci, ou um médico não formado.

Em segundo lugar, dizer neste plenário que a taxa real de juros caiu de 26,5% para 16% é o mesmo que comparar 2 cidadãos: um que caiu do 20º andar e outro que caiu do 10º andar: ambos morreram...

Em terceiro lugar — e neste ponto concordo com V.Sa. —, faço política porque sou um homem movido a esperança, e o faço por missão. Senão, voltaria — repito — a exercer a medicina, e medicina da criança, porque quem trabalha com a criança trabalha com esperança.

V.Exa., com certeza, tem o mesmo marqueteiro do Presidente Lula, o Duda — olhe que o Duda começou a errar! —, porque em dezembro encampou a projeção do IBGE de crescimento de 6,14% do PIB para este ano. A projeção foi feita pelo IBGE, mas não foi ele, e sim V.Sa., o Sr. Henrique Meirelles, quem a anunciou. E todas as agências a apresentaram. Seja um homem da esperança, mas não de falsas esperanças, porque os empresários e os desempregados estão perdendo a confiança no Governo — os índices de popularidade do Presidente Lula mostram isso.

Muito obrigado pela atenção e pelas aulas que V.Sa. nos deu. Embora eu não seja economista, aprendi bastante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra ao Deputado Airton Roveda.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO AIRTON ROVEDA - Sr. Presidente, pensei que o Presidente do Banco Central tivesse grande influência no COPOM. Conforme já disse, janeiro e fevereiro eram os meses da esperança, e ela foi frustrada — isso é uma realidade. Eu pensei que teria do Presidente resposta para a minha dúvida, mas S.Sa. mostrou que não tem interferência no COPOM.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) - S.Sa. é membro do COPOM.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Vamos devagar.

O que eu disse é o seguinte: o COPOM tem diversos membros, e eu sou o seu Presidente. Portanto, conduzo a reunião, tenho direito de voto e sou responsável pelo voto de Minerva.

O SR. DEPUTADO AIRTON ROVEDA - Tudo bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra ao Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, desejo apenas dizer ao Deputado Darcísio Perondi, que ainda está presente, que S.Exa., na condição de pediatra, pode ajudar o Sr. Garotinho a resolver um bocado de problemas, não só do Rio de Janeiro como também do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra ao Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, para suas considerações finais.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, demais Parlamentares, a discussão hoje travada durante esta reunião foi extremamente útil e proveitosa. Para nós, do Banco Central, é sempre uma extraordinária oportunidade vir ao Congresso Nacional, não só para expressar as nossas avaliações, mas também para ouvir os representantes da população brasileira e certamente aprender muito com V.Exas.

Em relação à política do Banco Central, gostaria apenas de enfatizar que compete ao órgão e aos membros da Diretoria, dos departamentos e do corpo funcional do Banco fazer o que lhes parece ser o melhor, e é assim que sempre procuramos agir.

Quanto às taxas de juros, novamente ressalto que se trata de importante preocupação de todos. As taxas de juros no Brasil têm sido, por razões históricas, muito elevadas, e os motivos que levam a tal fato são objeto de importante debate acadêmico.

Tendo dito isso, é importante ressaltar que tentativas de baixa artificial da taxa básica de juros pelo Banco Central, feitas no passado, levaram a aumentos das taxas de mercado, o que não foi positivo para o País. Portanto, as taxas de juros têm que ser administradas com muito cuidado e muita perícia por qualquer Banco Central.

Desejo fazer apenas uma última observação em relação aos famosos 6,14% do ano passado: pela última vez, afirmo que essa nunca foi uma projeção, mas uma medida anualizada da inflação do último trimestre de 2003. A projeção de inflação para 2004, obtida a partir do relatório de inflação do último trimestre de 2003, foi de 3,5%.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) - De inflação ou de crescimento?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Desculpe-me. De crescimento.

Vou repetir, então: os 6,14% são relativos ao crescimento anualizado do Brasil no último trimestre de 2003, e a projeção de crescimento do PIB feita pelo Banco Central para 2004 é de 3,5%.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) - Muito obrigado, Sr. Henrique Meirelles, pela participação nesta reunião.

Agradeço ainda a presença a todos os Parlamentares que aqui estiveram.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente reunião.